

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

**CURSO DE PREPARAÇÃO AOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS
MILITARES E EQUIVALENTES – CP/CAEM**

HISTÓRIA MILITAR

HISTÓRIA MILITAR GERAL

(ASSUNTOS 4,5,6,7 e 8)



RIO DE JANEIRO - 2022

COMPETÊNCIA PRINCIPAL:

Participar dos processos seletivos de oficiais superiores para o prosseguimento da carreira.

UNIDADES DE COMPETÊNCIA:

Formular soluções para problemas que envolvam aspectos históricos do Brasil e do mundo.

ELEMENTO DE COMPETÊNCIA:

- Analisar os principais fatos que marcaram a história do Brasil e do mundo contemporâneo.
- Apresentar estudos geo-históricos com bases geopolíticas e estratégicas.

CONTEÚDO:

- Evolução do pensamento militar e teoria da arte da guerra (do século XV aos dias atuais)

ASSUNTOS**4. GUERRAS DO SÉCULO XIX**

- a. Maquiavel
- b. Clausewitz
- c. Jomini
- d. Keegan

5. AS GRANDES GUERRAS DO SÉCULO XX

- a. Primeira Guerra Mundial
- b. Segunda Guerra Mundial

6. AS GUERRAS NA GUERRA FRIA

- a. Indochina (1961-1975)
- b. Árabe-Israelenses (1948 - 2000)
- c. Afeganistão (1979-1989)

7. GUERRAS DE COALIZÃO

- a. 1ª Guerra do Golfo (1990 - 1991)
- b. 2ª Guerra do Golfo (2003 - 2011)

8. GUERRA AO TERROR

PADRÃO DE DESEMPENHO

Interpretar as contribuições dos grandes pensadores militares, da Teoria da Guerra e do papel da História Militar e da Estratégia, de acordo com as fontes de consulta das Referências, para explicar a evolução do pensamento militar e Teoria da Arte da Guerra, entre o Século XV e os dias atuais.

ÍNDICE

	ASSUNTOS	PG
4.	GUERRAS DO SÉCULO XIX	5
5.	AS GRANDES GUERRAS DO SÉCULO XX.....	19
6.	AS GUERRAS NA GUERRA FRIA.....	42
7.	GUERRAS DE COALIZAÇÃO.....	56
8.	GUERRA AO TERROR.....	63
	REFERÊNCIAS.....	66

4. GUERRAS DO SÉCULO XIX

a. Napoleônica

Dados Biográficos

Napoleão Bonaparte nasceu em Ajácio em 15 de agosto de 1769. No ano anterior, a Córsega passara ao domínio da França pelo tratado firmado entre a República de Gênova e o rei Luís XV. Nasceu, portanto, legalmente francês, mas conservou o sentimento nativista corso durante a juventude.

Segundo filho de uma família de 12 irmãos, dos quais oito chegaram à idade adulta (cinco homens e três mulheres), eram seus pais Carlos Bonaparte e Letizia Romolino.

Sua mãe, uma autêntica *mamma* italiana, alternava doçura maternal com energia e rigor na educação dos filhos. Sóbria e econômica, conduzia a casa com austeridade e diligência.

O pai, bem apessoado e extrovertido, era um tanto boêmio. Descendente de uma família da pequena nobreza da Lombardia, estudou Direito em Pisa e em Roma, chegando a praticar a advocacia por algum tempo, em Ajácio. Hábil no jogo político, logo se viu atraído pelas idéias do patriota corso Paoli, envolvendo-se nas lutas pela independência.

Quando, porém, firmou-se o controle francês sobre a ilha, falou mais alto sua ambição política: transferiu sua lealdade à França e iniciou promissora carreira na administração local, que culminou com a indicação para representar a sua província em Paris, como deputado à Assembleia dos Nobres. Por essa época, tornara-se amigo de Marboeuf, governador da Córsega, com quem conseguiu bolsas de estudos para os seus filhos mais velhos: José para o Colégio de Autun e Napoleão para a Escola Real Militar de Brienne.

Brienne era uma das 12 escolas militares fundadas em 1776, por iniciativa do Conde de Saint-Germain, ministro da Guerra de Luís XVI, para educar os filhos da aristocracia francesa. Dirigida por frades menores da Ordem de São Benedito (ao tempo em que a Igreja estava ligada ao Estado, as escolas públicas eram entregues ao saber e ao zelo de religiosos), exigia dos candidatos à matrícula provas de ascendência nobre. Comprovada sua origem, Napoleão ingressou em Brienne com 10 anos de idade. Bolsista pobre entre colegas ricos, franzino e falando mal o francês, reagiu ao ambiente hostil tornando-se taciturno e pouco sociável. Seu nome soava estranhamente aos ouvidos dos seus colegas que, na tentativa de afrancesá-lo, pronunciavam *Napailloné*, com acento tônico na última sílaba. Seus colegas logo o apelidaram de “la paille au nez” (a palha no nariz), despertando nele reações coléricas. Porém, à medida que o tempo passava, o pequeno corso foi se impondo, graças à sua personalidade forte e decidida. Dizem alguns

que os grandes homens nem sempre foram bons estudantes. Napoleão foi excelente aluno em Matemática, apaixonadamente devotado em História e Geografia, mas desinteressado em Gramática e Latim. Após cursar por cinco anos a Escola de Brienne, foi transferido para a Escola Militar de Paris, renomado estabelecimento pelo rigor do ensino e pelo luxo das instalações. Aluno de Laplace (1.749-1827), famoso astrônomo e matemático, foi por este classificado em primeiro lugar entre os candidatos à Artilharia; porém, no conjunto da turma, logrou apenas um modesto 42º lugar num universo de 48 colegas. Ao término do curso em Paris, foi nomeado 2º tenente de Artilharia e classificado no Regimento de La Fère, em Valença, no vale do Ródano.

É interessante assinalar que até então o jovem tenente não tivera qualquer formação profissional apreciável. Em Brienne, escola militar quase que exclusivamente no nome, ministraram-lhe apenas alguns exercícios de evolução em conjunto e regulamentos gerais. Na Escola Militar, salvo pelas aulas de equitação e de esgrima, ensinava-se mais literatura, história, matemática e outras disciplinas, algumas até mundanas, como dança e comportamento em sociedade, em detrimento dos assuntos profissionais.

É no Regimento La Fère de Artilharia que o jovem Buonaparte toma contato com o serviço da peça, as funções de cabo e de sargento, e frequenta, na escola regimental, aulas de geometria e de aplicação das ciências à arte militar, em particular à artilharia e às fortificações. Vivia-se, no exército francês, um momento particularmente interessante para os artilheiros. Os prussianos e os austríacos haviam separado a artilharia de sítio da de campanha, mas foi o Gen Gribeauval quem aperfeiçoou o material desta última, diminuindo o peso e aumentando a manobrabilidade das peças e de seus acessórios.

Surgia, verdadeiramente, a artilharia a cavalo, capaz de acompanhar a cavalaria e que Napoleão iria empregar, mais tarde, com maestria.

Napoleão não era bonito, Pequeno, magro e um tanto desajeitado, somava a uma aparência desinteressante um temperamento seco e pouco amável que desestimulava aproximações. Não obstante, galvanizou multidões com sua sensibilidade para aplicar, instintivamente, técnicas de psicologia das massas de forma magistral. Pessoalmente, impunha-se por seu olhar frio e por um conjunto raro de qualidades, como inteligência, memória, presença de espírito e por uma personalidade forte e dominante. Dotado de uma invulgar capacidade de trabalho e de concentração, processava mentalmente uma quantidade enorme de dados e de informações, chegando rapidamente a soluções adequadas para problemas complexos. Esse conjunto magnífico de atributos iria transformar sucessivamente, num prazo de pouco mais de duas décadas, o tímido bolsista de Brienne em oficial do rei, revolucionário de Toulon, general vitorioso na Itália, demolidor da frágil república do Diretório, cônsul único e vitalício, imperador e vencedor de dezenas

de batalhas memoráveis para ser, finalmente, esmagado pelo inverno russo e derrotado em Waterloo por um general apenas bom.

Construindo sua glória à custa dos monarcas europeus, que viam nele o usurpador de uma posição que, por direito divino, devia caber apenas às castas dinásticas hereditárias, acabou por levantá-los todos contra a sua pretensão de formar uma federação de estados europeus, uma espécie de União Européia, afinal estabelecida na segunda metade do século XX.

Ao fim e ao cabo, Napoleão entrou para a história aureolado de glória, mas manchado de sangue que o martírio de Santa Helena não foi capaz de redimir.

O fulgor das vitórias napoleônicas tem ofuscado a apreciação da sua obra administrativa. Seu governo sob o Consulado foi dos mais ricos em realizações, mesmo considerando o conjunto da História da França. Muitas delas perduram até hoje, como certos princípios do Código Civil, incorporados à legislação de países ocidentais, entre os quais o Brasil. Napoleão legou à França quadros administrativos e jurídicos de excelente qualidade e que assim ainda se conservam. Criou o Tribunal de Contas e o Banco de França, atribuindo a este o monopólio de emissão da moeda. Reorganizou a administração pública nos seus diferentes níveis, assegurando a continuidade de ação em amplitude nacional. Aperfeiçoou a educação, popularizando o *baccalauréat*, exame a que até hoje se submetem os concludentes do ensino médio, realizado nos excelentes *lycées*. Instituiu a Legião de Honra, respeitada instituição venerada pelos franceses, e propôs a Concordata ao Papa Pio VII, eliminando o cisma da Igreja Católica na França e neutralizando um dos argumentos dos realistas para a restauração da monarquia Bourbon.

Porém, sua obra de maior repercussão continua sendo o Código Civil, primeiro estatuto dessa natureza na Idade Moderna, que regulou as relações sociais, profundamente alteradas pela Revolução Francesa. Do ponto de vista meramente técnico, a elaboração desse diploma coube aos juristas, mas nela a influência de Napoleão foi decisiva, não apenas impulsionando a redação do texto (das 84 sessões do Conselho de Estado para tratar do assunto presidiu 36), mas sobretudo fazendo nele incluir suas idéias. Portanto, é justo haver esse portentoso trabalho passado à História como Código Napoleônico.

O entusiasmo popular com a Concordata e a paz com a Inglaterra, assinada em Amiens em 1.802, abriu a Bonaparte a possibilidade de tornar-se Cônsul vitalício, com a faculdade de indicar seu sucessor. Assumia assim as prerrogativas de um monarca cabeça de dinastia, faltando apenas a coroa, que a conspiração de Cadouval e o fuzilamento do Duque d' Enghien, em breve dar-lhe-iam. Com efeito, em maio de 1.804, um *senatus consulto* promulgava a 6ª Constituição da França em 13 anos, a qual criava o Império e cujo bicentenário ocorre neste ano. Bonaparte, gerado para a notoriedade no ventre da

Revolução, não poderia adotar os títulos da monarquia Bourbon. Fez-se Imperador dos franceses e não da França como os monarcas que o precederam, assinalando assim que o título que assumia provinha do povo.

A Revolução, choque de forças políticas levado ao paroxismo da violência, teve no Consulado, e teria agora no Império, a sua negação. A continuação desse processo viria a ser a restauração da monarquia, para cuja deposição tanto sangue fora derramado. O furor revolucionário abalara todas as estruturas nacionais francesas. O sistema militar da monarquia foi severamente afetado, a despeito da simpatia que parcelas significativas do exército tinham pelos ideais nacionalistas, patrióticos e libertários. Os oficiais do *ancien regime* oriundos da nobreza ou foram executados ou tiveram que emigrar para não morrer. Poucos permanecerem na França, assim mesmo sujeitos à humilhação do meio-soldo e da designação para funções subalternas.

Mas a Revolução precisava de uma força militar capaz de garantir sua continuidade. Urgia substituir o velho exército de profissionais por outro de voluntários, o quê exigia profundas modificações na organização e no emprego da tropa.

A primeira grande modificação ocorreu nos efetivos. A idéia de *nação em armas* inaugurava o conceito moderno de *guerra total*, a guerra nacional que mobiliza todos os recursos do país que se façam necessários. O voluntariado em massa, resposta ao brado de *la nation en danger* lançado pelo Diretório, permitiu a constituição, já em 1.794, de um exército de 750.000 homens. Esse enorme contingente deveria compensar pela quantidade o que lhe faltava em qualidade. Às deficiências individuais de instrução e treinamento opunham os revolucionários o patriotismo, noção relativamente nova, e o ardor cívico que os franceses chamam de *élan*, uma das causas da tremenda carnificina verificada na I Guerra Mundial. E essas imensas massas humanas eram entregues a jovens alçados instantaneamente dos postos inferiores da hierarquia ao generalato.

Tão graves deficiências de treinamento e de comando acabaram obrigando mudanças nas operações militares para compensá-las. Até o século XVIII, o objetivo das operações de guerra era colocar o inimigo, por uma série de marchas e contra-marchas, em posição insustentável. Portanto, a manobra visava dar o cheque-mate no adversário. A tática revolucionária, baseada nos grandes efetivos, ignorava a conjugação do fogo com a manobra (que seus inexperientes generais não sabiam realizar) e tinha como objetivo a destruição das forças oponentes. Os chefes revolucionários evitavam, portanto, a batalha planejada e conduzida, substituindo-a por uma espécie de combate de encontro, na esperança de que o *élan* lhes garantisse a vitória.

A Guerra Napoleônica

No cenário militar pós-revolução que esboçamos é que Napoleão vai realizar suas prodigiosas façanhas guerreiras, valendo-se dos instrumentos disponíveis. Na realidade, ele nada inventou em matéria de arte da guerra, salvo a criação dos *corpos de exército*, nível de coordenação e controle intermediário entre o general e os comandantes divisionários. Na verdade, a série brilhante de vitórias que conquistou deve-se a alguns poucos princípios, genialmente empregados. Nem mesmo quanto ao aperfeiçoamento do material sua contribuição foi significativa, não obstante seu interesse pelas ciências exatas que lhe valeu um assento no Instituto de França. Desprezou a máquina a vapor como meio de propulsão, classificou o submarino como engenho sem futuro, desinteressou-se dos aeróstatos como observatórios e deu pequena extensão às linhas telegráficas.

Para Napoleão, a arte da guerra é simples e toda de execução. A dificuldade está em executá-la corretamente, pois não se pode aprendê-la em tratados, como as ciências, mas apenas no estudo dos grandes capitães e na experiência individual. Como toda arte, depende muito da inclinação pessoal para bem dominá-la. Ao assumir o comando do exército da Itália, aos 27 anos de idade, sua experiência de guerra era pequena, mas seu gênio militar já desabrochava, fortalecido por meditadas leituras dos clássicos da História.

Não se pode falar propriamente num sistema de guerra napoleônico, mas numa maneira peculiar de agir, segundo princípios inteligentemente observados. O primeiro é a iniciativa para impor ao adversário o local do combate e para obrigá-lo a expor sua idéia de manobra. Os outros são a rapidez nos deslocamentos e nas mudanças de dispositivo, de modo a obter a surpresa e a concentração do máximo de força no ponto decisivo, concentração esta obtida com a economia de meios nos setores secundários do campo de batalha.

Todos esses princípios são familiares a qualquer oficial de estado-maior. Porém, empregá-los com o fulgurante sucesso colhido por Napoleão em suas campanhas é privilégio dos gênios.

Outro aspecto a salientar na forma de Napoleão fazer a guerra é a sua preocupação com o que chamava de *linha de operações*, corredor por onde fluíam os suprimentos e evacuavam-se os feridos. Por ela seria também executado o retraimento, em caso de insucesso.

A esses princípios cumpre acrescentar a ação psicológica que exercia sobre a tropa amiga, e também sobre o inimigo (guerra psicológica). Utilizando habilmente proclamações, recompensas, proximidade com seus comandados e exemplos de bravura quando

necessário, criava devoções e lealdades, mesmo diante das mais penosas e perigosas situações. Quanto ao inimigo, ora aparentava mais força do que realmente tinha, ora fazia o inimigo supô-lo fraco e inclinado à retirada, além de utilizar outros expedientes, como espalhar boatos e empregar espiões.

As manobras napoleônicas adequavam-se às circunstâncias, sempre cuidadosamente avaliadas. Numa tentativa de esquematização, os analistas costumam distinguir dois tipos bem característicos:

- a manobra sobre a retaguarda do inimigo para cortar-lhe as comunicações com a sua base, levando-o a uma batalha de frente invertida, como em Ulm, na campanha de 1.805, e em Iena, na de 1.806;
- a manobra em posição central, que poderia ocorrer por golpe ofensivo, como em Millesimo (1.796), ou por uma atitude defensiva, a expectativa estratégica, como em Mantua (também em 1.796), ou ainda por um ataque ao flanco do inimigo, partindo de uma posição central, como em Austerlitz (1.805).

Austerlitz, chamada de *a batalha dos três imperadores*, é uma obra prima de audácia na concepção e de maestria na condução, figurando entre as mais belas vitórias napoleônicas.

A manobra sobre a retaguarda, quando bem-sucedida, é decisiva. Já a manobra em posição central nem sempre o é porque o inimigo, mesmo batido, poderá em alguns casos retrair.

Napoleão coroava a vitória com a *perseguição estratégica*, preconizada por Frederico que, todavia, jamais conseguiu realizá-la a contento por causa da pouca flexibilidade e pequena capacidade manobreira de seu exército. Napoleão, mestre no emprego da Cavalaria, realizou algumas notáveis e profundas perseguições. As batalhas conjugadas de Iena e Auerstadt são disto um bom exemplo.

Em outubro de 1.806, durante a 4ª coligação, *la Grande Armée* encontrava-se diante do exército prussiano de Brunswick. O Imperador tendia a superestimar o exército prussiano em virtude de sua grande admiração por Frederico II. Mas as forças que a ele se opunham era um exército antiquado, que manobrava como em ordem unida, e cujos comandantes eram generais idosos, especialmente se comparados com os franceses. Do lado prussiano, Moellendorf tinha 81 anos de idade, Brunswick 71, Blücher 64, Hohenlohe 60. Do lado francês, Napoleão, Soult, Lannes e Ney 37, Davout 36. Vencidas as batalhas, abriu-se diante dos franceses o caminho para Berlim. Aproveitando o êxito, o Imperador lança Murat com a cavalaria em tenaz e profunda perseguição, longa de 800 km (percorridos em 24 dias) e que só termina na capital prussiana. De Berlim, Murat enviou a Napoleão a seguinte mensagem: “Sire, o combate terminou por falta de combatentes”.

Aniquilado o poder combativo do exército prussiano, em cujo estado-maior servia um promissor oficial chamado Klaus Von Clausewitz, Napoleão foi visitar o túmulo do seu ídolo. Na penumbra da pequena capela que guarda os restos mortais de Frederico, o Imperador permaneceu longos minutos, silencioso e reverente, em atitude de profunda meditação.

Iena era uma cidadezinha tornada conhecida pela fama de sua Universidade. Nelamorava Hegel (1.770-1.831), filósofo alemão que desprezava a Prússia e admirava Napoleão (como também Goethe e Beethoven) pelas idéias libertárias que encarnarano passado e por combater as monarquias absolutas. No livro de sua autoria “Fenomenologia do Espírito”, Hegel escreveu: “*Esta manhã vi passar debaixo da minha janela a História, montada a cavalo*”. Era o Imperador dos Franceses, em rota para Berlim.

Num esforço de síntese, podemos resumir assim a ação de comando de Napoleão:

- inicialmente, analisava as circunstâncias do campo de batalha (estudo de situação) e levantava alternativas (linhas de ação), enquanto aguardava as informações buscadas pelos meios de descoberta (reconhecimento – cavalaria ligeira);
- devidamente informado sobre o terreno e o inimigo (atitude, valor, dispositivo e possibilidades), tomava a iniciativa visando a surpresa;
- contra um adversário dividido em grupamentos, manobrava velozmente para impedir sua reunião; então, batia-os separadamente;
- se o inimigo se apresentava com uma única massa, ameaçava suas linhas de comunicação, levando-o a combater com a frente invertida.

Suas batalhas, portanto, não seguiam um esquema único; variavam segundo as circunstâncias reveladas pelo estudo de situação. Por exemplo, em Marengo (2ª campanha da Itália, junho de 1.800), Kellermann, com 400 cavalarianos, carregou contra o flanco dos 6.000 austríacos de Zach, transformando uma quase derrota em vitória (nesta batalha morreu o artífice da vitória, o general Desaix). Em Ulm (3ª coligação, outubro de 1.805) como mencionamos anteriormente, manobrou sobre a retaguarda austríaca pivotando sobre uma das alas. Em Austerlitz (1.808), os couraceiros de Murat carregaram contra o flanco do dispositivo aliado, desorganizando-o e garantindo a vitória. Em Smolensk (campanha da Rússia, 1.812), realizou desbordamento para atingir a retaguarda do inimigo. Na campanha da França (1.814), com enorme inferioridade de meios, adotou a manobra em posição central e obteve as vitórias de Montmirail (11 Fev. 1814) e de Montereau (18 Fev. 1.814). Nesta última, enquanto a cavalaria carregava em direção a Montereau, o imperador dirigia os tiros da artilharia sobre o inimigo, apontando pessoalmente uma peça. Quando os que o acompanhavam inquietaram-se ao vê-lo onde caíam os tiros de contra-bateria do adversário, Napoleão lançou-lhes a exortação: “*Vamos,*

meus amigos, não temam nada, pois a bala que me matará ainda não foi fundida”.

A carreira de um comandante de exércitos não é feita somente de vitórias. A de Napoleão, conquanto excepcionalmente brilhante, não escapou à regra. Cometeu erros, como é próprio da natureza humana, o último dos quais lhe foi fatal. Mestre no emprego da cavalaria, esta Arma, que desempenhou papel relevante em muitas campanhas, estava com ele na sua derradeira derrota. Em Waterloo o fracasso teve início quando Ney, julgando Wellington em retirada, deslocou prematuramente a cavalaria sob seu comando, inclusive os regimentos da reserva do exército francês. O terreno, impróprio para a carga, obrigou aquela enorme massa de cavaleiros (cerca de 5.000 homens) a marchar ao trote, joelho com joelho, tornando-a vulnerável ao fogo da infantaria inimiga.

Conclusão

Antes de concluir, gostaria de relembrar as ligações e consequências da era napoleônica sobre o nosso país. Após a queda de Napoleão, um grande número de militares deixou a França. Para os Estados Unidos da América do Norte foram cerca de 10.000 oficiais do exército e da marinha. Alguns destes, ardorosamente leais ao imperador decaído, puseram-se a planejar a fuga de Napoleão de Santa Helena. Cogitavam instalá-lo na grande república do Norte ou no Brasil, onde a revolução republicana de 1817 parecia oferecer condições favoráveis. O insucesso da Confederação do Equador frustrou os planejadores da audaciosa tarefa, alguns dos quais viveram no nosso país perigosas aventuras.

Relembro, também, as ligações de parentesco das duas primeiras imperatrizes do Brasil com as duas esposas de Napoleão. Maria Leopoldina, primeira mulher de Pedro I, e Maria Luíza, segunda de Napoleão, eram irmãs, ambas as filhas do Imperador Francisco I, da Áustria, e D^a Amélia, segunda mulher do nosso primeiro imperador, era neta de Josefina de Beauharnais, primeira esposa de Napoleão.

Em 1812, fracassou a tentativa de Claude Francis Mallet, general republicano, de depor o Imperador dos Franceses. Preso, julgado e fuzilado, sua família buscou asilo na Bélgica, de onde um ramo, constituído pelo casal Jean Antoine Mallet e Julie-Marie-Joseph Mallet e seus filhos, veio para o Brasil. Entre os filhos desse casal estava Emílio Luís Mallet, herói em Tuiuti, marechal do Exército Brasileiro e patrono da Arma de Artilharia.

Mas, a repercussão mais importante da era napoleônica no Brasil decorreu da invasão de Portugal por Junot, em 1807. A transferência da Corte do príncipe regente D. João e do governo português para o Brasil e sua instalação no Rio de Janeiro foi fértil em

consequências, a mais importante das quais foi sua contribuição decisiva para que o país alcançasse a independência em 1822. Muitas outras, porém, podem ser levantadas, de ordem política, social, econômica e até militares. A invasão da Guiana em 1809 por tropas luso-brasileiras, mobilizadas regionalmente, e sua ocupação por nove anos é uma delas, que está a merecer uma melhor avaliação por parte dos pesquisadores brasileiros. Finalmente – e retornando a Napoleão – direi que a sua derrota final era inevitável. Sua desmedida ambição foi a sua perda, pois não se pode lutar indefinidamente contra vários inimigos ao mesmo tempo.

O fulgor das suas vitórias gerou uma lenda, que após sua morte em Santa Helena, transformou-se em mito. Em Paris sua presença é enorme. Além do *Tombeau des Invalides*, onde repousa na companhia dos marechais de França, os *boulevards* e as grandes avenidas que convergem para o Arco do Triunfo, lembram a sua glória militar. Aliás, o próprio monumento foi erigido em sua memória, e nele estão gravadas cenas e os nomes das suas vitórias.

Mas, essas vitórias e essa glória cobraram o seu preço. Napoleão deixou a França menor territorialmente do que a recebera. Seu efêmero império ocasionou duas invasões do território nacional, e suas guerras incessantes encharcaram de sangue o solo do continente.

Por isso mesmo, pela ambiguidade da sua obra, é apaixonadamente idolatrado e implacavelmente odiado, decorridos 183 anos de sua morte no desolado rochedo vulcânico, perdido na vastidão do Atlântico.

b. Franco-Prussiana

A Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) produziu uma série de consequências a longo prazo, inversamente a sua curta duração. Para vários historiadores, foi ela uma das causas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), no século seguinte. O triunfo da Prússia sobre a França fez nascer o Império Alemão, o Segundo *Reich*.

A Europa da década de 1860 tem a França dirigida por um governante ambicioso e inconstante, cioso de repetir ou mesmo ser maior que seu tio-avô: Napoleão III, sobrinho-neto de Napoleão Bonaparte.

O desejo de potência de Napoleão III foi capaz de derrubar a Segunda República Francesa e iniciar o Segundo Império Francês. Através de políticas agressivas, ele conseguiu expandir o império colonial francês na África e Ásia, aumentando o prestígio nacional, o que lhe garantiu suporte popular para manter-se no poder e realizar as suas extravagâncias. Suas políticas visavam gerar consequências imediatas.

Do outro lado, os principados e reinos que formavam “as Alemanhas” geravam uma

verdadeira confusão política, embora, possam ser destacados os papéis de Prússia e Baviera, os maiores estados da região, com influência sobre os vizinhos.

A Prússia se destacava pela força militar que havia desenvolvido. Estado pequeno, sujeito a força dos Estados europeus, em especial a França e a Áustria, rapidamente os prussianos entenderam que só poderiam garantir sua soberania pelas armas. Assim, uma linhagem de reis fez surgir o Exército prussiano do século XVIII, no qual destaca-se o papel do Rei Frederico, o Grande (1712-1786), que foi um grande capitão de seu tempo.

A organização prussiana manteve-se em constante evolução, sofrendo um poderoso baque por causa das Guerras Napoleônicas no início do século XIX, no qual a própria Prússia foi ocupada pelas forças de Napoleão, após diversas derrotas contra os franceses. A reação a partir de 1813 permitiu vitórias e recuperação de territórios perdidos.

O impacto das Guerras Napoleônicas foi tal que na “mentalidade militar prussiana” que gerou consequências sérias para o desenvolvimento do estamento militar pelo resto do século XIX: formou-se a ideia de que a Prússia nunca mais deveria ser violada ou derrotada e a rivalidade com a França, vista como oponente do projeto de união dos principados e reinos da Alemanha.

Os debates entre liberais e conservadores moveram a região entre 1830 a 1850, quando os liberais chegaram a dominar o poder, e tentaram estimular a unificação alemã, fracassando nesse sentido, já que o Rei da Prússia bem como as elites dirigentes não aceitaram a tentativa, visto que temiam ficar reféns dos liberais.

O projeto conservador de unificação surgiu no início da década de 1860, e ganhou força com a figura de Otto Von Bismarck, nomeado pelo Rei Guilherme I como Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro). Bismarck era um hábil político com visão estratégica e sabia que a Unificação só viria derrotando os dois projetos, tanto o liberal quanto o conservador.

Ao mesmo tempo, o Exército prussiano passou por uma grande e espetacular reorganização, de forma a preparar uma força de combate capaz de bater todos os inimigos da Prússia. Neste processo, destacamos a figura de dois generais, que, com seus esforços, conseguiram prover a Prússia de um Exército bem preparado e apto a cumprir tal missão. Eram os generais Helmuth Von Moltke e Albercht Von Roon, Chefe de Estado-Maior e Ministro da Guerra, respectivamente.

Os seus esforços combinados, junto a figura de Bismarck, foram capazes de realizar diversas transformações no Exército. Podemos destacar daí, como fator principal para o sucesso nas campanhas que viriam a seguir, a presença e consolidação do Estado-Maior Geral, incumbindo com a responsabilidade do planejamento e preparação do Exército para a guerra. Dentro deste escopo, o Estado-Maior era responsável por formular as “Hipóteses

de Guerra”, no qual eram preparadas e estudadas todas as possibilidades da Prússia envolver-se em conflitos, estudando tanto esta quanto os possíveis inimigos e como poderiam agir no campo de batalha.

A organização da Força se dava em Corpos de Exército, sendo estas forças responsáveis pelas ações militares. Estes Corpos eram dotados de meios humanos e materiais e preparados para empreender campanhas assim que ordenado. Sua estrutura era a mesma na paz e na guerra.

Os efetivos eram abastecidos por um serviço militar obrigatório de três anos, do qual nenhum cidadão prussiano deveria se furtar e o que consistia em motivo de orgulho na sociedade prussiana, altamente obediente ao Estado e imbuída de um “espírito militarista”, diferente das sociedades de outras nações europeias como a França e a Áustria, onde os militares não tinham proeminência.

Nas Armas do Exército foram grandes as mudanças, tanto no emprego como no material. A Infantaria possuía o fuzil Dreyse (fuzil de agulha), com alcance de mil metros. Seu uso previa uma infantaria que agisse com espírito fortemente ofensivo. A Cavalaria recebeu as carabinas Dreyse, conferindo-lhes uma potência de fogo superior, mas seu emprego era escasso no campo de batalha, deixando de explorar sua potencialidade. A Artilharia foi completamente reorganizada, recebendo canhões raiados de aço, mais potentes que os de bronze, com carregamento pela culatra. Seu emprego era em massa, em apoio a Infantaria, seguindo um comando único. A Engenharia era composta por sapadores, mineiros e pontoneiros, que deviam preparar o terreno para o emprego do Exército bem como construir obstáculos face ao inimigo.

Com o Estado-Maior Geral ganhando importância, o comando no Exército prussiano passou a ser unificado, surgindo a figura de um Alto Comando, seguindo o princípio da unidade do comando. Além disso, Moltke foi decisivo na reorganização do Exército pelo papel que dirigiu as escolas de formação e ao aparato logístico.

As Escolas de formação uniformizaram a doutrina, gerando uma massa homogênea de oficiais plenamente capazes de agir seguindo o novo sistema que o Exército estava adotando, isto é, com independência e capacidade de obter soluções próprias no campo de batalha, sem precisar consultar os comandos superiores. O aparato logístico foi transformado na medida do surgimento de um Comando-Geral de Logística e de uma Direção de Ferrovias, dentro do Estado-Maior Geral, demonstraram a preocupação com o suprimento e o transporte rápido das forças até o campo de batalha.

Moltke acreditava no planejamento constante e antecipado da guerra, e baseado neste princípio, o trabalho de Estado-Maior floresceu e permaneceu no Exército, vindo a influenciar a composição dos demais Exércitos das potências europeias e logo do resto do

mundo. A feitura de planos impedia que surgisse espaço para a improvisação, que era por ele considerado algo danoso à conduta da guerra.

Cabe salientar aqui, que Moltke acreditava no princípio da batalha decisiva, com a superioridade de efetivo, para quebrar a resistência moral e material do inimigo, seguida da perseguição para assegurar a vitória.

Diante disso, se encontrava uma França com um Exército que havia combatido na África, Ásia e no México, porém, cujas estruturas eram totalmente diferentes das prussianas, e que seriam uma das razões para a fragorosa derrota francesa na guerra.

Isto não quer dizer que os militares franceses eram incapazes. Pelo contrário, alguns de seus generais eram até admirados pelos demais europeus, como o marechal François Achille Bazaine, pela sua coragem e tenacidade no campo de batalha. O problema residia nas estruturas, na forma em como se encontravam estas instituições militares.

O Exército francês era desorganizado, se comparado ao prussiano. Sua estrutura mudava de acordo com as circunstâncias, de maneira que era uma quando da paz e outra quando da guerra. As armas francesas, especialmente para a infantaria, eram superiores às prussianas. O melhor exemplo é o fuzil Chassepot, de alta qualidade, com potência de fogo e alcance de mil e duzentos metros, melhor que o Dreyse prussiano.

Porém, autores afirmam que o uso do Chassepot pelos franceses acabou por tolher o espírito ofensivo que deveria permear a infantaria, devido a sua potência, acabou por gerar uma doutrina defensiva, onde a infantaria francesa ocuparia posições e delas dispararia o fogo para quebrar o dispositivo inimigo. A artilharia francesa contava com um sistema superado de canhões de bronze, que embora raiados, eram defasados ante ao material prussiano. Destacam-se ainda as “*mitrailleuses*”, metralhadoras de funcionamento complicado, com uma cadência de 5 a 25 tiros por minuto.

Os franceses não possuíam um Estado-Maior no seu Exército, e sua doutrina era voltada para manobras rígidas sem independência de movimentos. Seus oficiais e soldados eram dotados de grande coragem individual mas limitados pelo férreo controle imposto pelos comandantes no campo de batalha.

Além disso, a agenda política pesava no caso francês. Enquanto na Prússia todos os generais estavam devidamente submetidos a autoridade do Rei, de forma leal, na França, grassava a dissensão entre os generais, e cada um tinha sua própria agenda política, visando a autopromoção e obtenção de importantes cargos no Segundo Império. Vários dos generais e marechais franceses eram deputados e senadores, envolvidos nas disputas políticas que embalavam o país.

Portanto, a receita do desastre francês estava pronta, e assim se seguiu.

Após a declaração de guerra em 19 de julho de 1870 por parte da França à Prússia,

consequência de manobras diplomáticas feitas por Bismarck, onde os franceses surgiram como agressores. A declaração de guerra francesa à Prússia galvanizou o apoio dos Estados alemães do Sul, facilitando o projeto da unificação. Uma rápida campanha seguiu-se onde os exércitos franceses de campanha foram sendo batidos um a um pelos prussianos segundo a orientação de Moltke, que tinha elencado como objetivo estratégico a destruição da capacidade de luta dos franceses.

Os generais franceses em sua maioria eram a favor de uma ofensiva fulminante contra os prussianos ao longo do Reno, invadindo os Estados alemães do sul. Napoleão III estava pressionado para lançar ataques contra os prussianos já que as informações contavam que a mobilização destes ainda não tinha se completado.

Os franceses lançaram o ataque e cruzaram o Reno em 2 de agosto, mas logo informações que forças bávaras e prussianas tinham se concentrado ao norte e estavam a ponto de lançar uma ofensiva. Entre 5 e 6 de agosto o ataque prussiano se iniciou, destruindo as forças francesas, que começaram a recuar.

Em uma sequência de batalhas, das quais se destaca Gravelotte, na qual apesar de sofrerem menos baixas e conseguirem manter suas posições, os franceses sob o comando de Bazaine recuaram para Metz, concedendo a vitória estratégica aos prussianos. O marechal francês tinha 150 mil homens, sendo o maior dos exércitos franceses. O outro exército francês de nota, comandado pelo marechal MacMahon e com Napoleão III, marchou em socorro de Bazaine, e foi destruído pelos prussianos em Sedan, em 1º de setembro, com o próprio imperador francês caindo prisioneiro destes. O objetivo estratégico dos prussianos tinha sido atingindo, com a destruição do Exército francês.

Uma das chaves do sucesso prussiano foi o seu sistema de mobilização, no qual todo prussiano em idade e capaz de combater era convocado a servir no Exército. Este sistema proveu efetivos da ordem de 475 mil homens quando do eclodir da guerra, enquanto os franceses mobilizaram pouco mais de 200 mil homens de forma desorganizada. O sistema prussiano era capaz de prover em 14 dias, o efetivo de 380 mil homens. O francês tinha uma maior capacidade, teoricamente, porém, na prática, mais de 100 mil homens foram deixados pelo caminho por questões logísticas, mau planejamento e execução.

Mesmo com a queda do Segundo Império francês, a guerra não terminou. Foi proclamada a Terceira República Francesa, que ordenou total resistência ao inimigo prussiano, mobilizando 500 mil homens que, apesar da massa que compunham, não foram suficientes para deter os prussianos nem impedir o cerco de Paris, conforme ordens de Moltke. Os prussianos desejavam negociar, mas a República recém declarada não aceitou.

Os prussianos cercaram Paris e Bismarck ofereceu seus termos, mas o Governo de

Defesa Nacional se recusou a atendê-los. Agitadores como Léon Gambetta ganharam força e receberam ordens de levantar novas forças onde fosse possível. Os franceses organizaram guerrilhas que atacavam o fluxo logístico prussiano, gerando um desgaste para os alemães, que não estavam dispostos nem prontos para lidar com uma campanha de guerrilhas.

Em fins de outubro, o marechal Bazaine rendeu-se, praticamente acabando com o efetivo de homens treinados disponíveis na França. Os alemães foram expulsos de diversas cidades ocupadas apenas para recapturá-las, como em Orleans. Em janeiro de 1871, os alemães iniciaram operações em torno de Paris com o intuito de forçar a decisão dos franceses. A ofensiva alemã fracassou em diante de Versalhes, porém destruiu quaisquer chances dos defensores em romper o cerco.

As vitórias lideradas pelos prussianos e seus aliados atingiram o objetivo de Bismarck. O Império Alemão foi proclamado em 18 de janeiro de 1871, com a coroação do Rei da Prússia, Guilherme, como Imperador da Alemanha em Versalhes. No dia seguinte, os franceses lançaram uma desesperada tentativa de romper o cerco em torno de Paris, com 90 mil homens, que foi repelida.

Os alemães mantiveram a pressão sobre Paris, e em 28 de janeiro foi negociado um armistício, com autorização para que comboios de suprimentos entrassem na cidade para atender as necessidades da população sitiada. Gambetta ainda tentou um assalto as forças alemãs que cercavam a cidade, falhando em face da resistência prussiana.

Em 17 de fevereiro, assinou-se o tratado de paz, que foi ratificado pela Assembleia Nacional francesa em 1º de março, porém, em 18 deste mês, estourou uma revolta popular em Paris levantada por radicais que foi conhecida como a Comuna de Paris.

A guerra tinha acabado entre França e Alemanha, porém, a revolta em Paris gerou um conflito civil em que o Exército francês foi apoiado pelos alemães para esmagá-la. Por dois meses, os radicais mantiveram a cidade, que foi retomada pelas tropas da República em fins de maio em violentos combates.

Assim, os prussianos venceram, não somente pelas falhas francesas ou porque tenham errado menos, como alguns autores buscam apontar, mas no nosso entender, porque compuseram um sistema militar capaz de levar a nação à guerra e nela obter a vitória, de maneira rápida e decisiva, podendo bater uma potência europeia, com recursos e forças até mesmo superiores, mas sem o pleno domínio da técnica nem da organização que os prussianos desenvolveram quase ao nível da perfeição, dentro de suas possibilidades.

5. AS GRANDES GUERRAS DO SÉCULO XX

a. Primeira Guerra Mundial

Antecedentes, ambiente geopolítico, causas remotas e imediatas.

A Primeira Guerra Mundial (I GM) ou Grande Guerra, ocorrida entre 1914 e 1918, provocou mudanças sem precedentes na História, encerrando a era otimista da “Belle Époque” o Século de Paz.

A extensão do palco do conflito englobou toda a Europa, países da América, África e Ásia. As raízes dessa guerra remontam ao século XIX, desde as Guerras Napoleônicas, as ações do Congresso de Viena (1815), a Segunda Revolução Industrial, passando pela Primavera dos Povos (1848), pela unificação da Alemanha e Itália, já na segunda metade de século XIX, e a proeminência do Império Alemão (II Reich), como potência industrial, militar e naval, se chocando com os interesses de outras nações.

A Segunda Revolução Industrial deu destaque a Inglaterra no cenário europeu e mundial que, contando com possessões coloniais e uma marinha poderosa lhes garantiu portos, rotas, mercados e matérias-primas.

Essa hegemonia inglesa (Pax Britânica) foi assegurada por um sistema baseado no equilíbrio de poder na Europa e no imperialismo livre-cambista no plano mundial. A materialização dessa estratégia consistia em manter uma balança de poder entre as potências europeias.

Com a expansão da industrialização pelo continente e com o nascimento da indústria moderna dentro dos limites do Estado Nacional, associadas aos ideais nacionalistas que grassavam na Europa iniciou-se um desequilíbrio na balança de poder europeia.

No final do século XIX o sentimento de desconfiança entre as nações europeias produziu um realinhamento político por intermédio de um sistema de alianças, por vezes secretas, colocando em lados opostos grupos de potências com interesses diversos.

Assim, em 1907, as grandes potências da Europa achavam-se alinhadas em dois campos hostis – a Tríplice Aliança (Alemanha, Itália e Áustria-Hungria) e a Tríplice Entente (Inglaterra, França e Rússia), tendo a Itália se posicionado posteriormente ao lado da Entente.

Foi o tempo dos grandes impérios, como o Britânico, o Austro-húngaro, o Alemão, o Otomano, além da França, que praticavam o chamado neoimperialismo e o neocolonialismo, influenciado pelas decisões da Conferência de Berlim (1884-1885), com a Partilha da África e Ásia.

As tensões no seio das novas alianças estabelecendo objetivos e os interesses nacionais de cada um dos principais estados europeus, aumentando a competição por poder,

segurança e vantagens econômicas.

A Alemanha apontava suas ambições no sentido da expansão para o Leste com o planejamento da construção de uma ferrovia que ligasse Berlim a Bagdá.

A Áustria-Hungria voltava também seus interesses para Leste na direção dos Bálcãs, atritando-se com os italianos na costa do mar Adriático.

Os objetivos da França eram ditados pelo desejo de deter ou contrabalançar o crescente poderio alemão aliado ao ressentimento pelas consequências da Guerra Franco Prussiana (1870-1871).

A Rússia nutria uma grande ambição em obter o controle dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, antiga meta que impedia que a esquadra russa navegasse com liberdade para fora do mar Negro em caso de guerra, proporcionando acesso pleno ao mar Mediterrâneo, contrapondo-se aos interesses alemães.

Esforçaram-se os russos por obter saídas para o golfo Pérsico e o oceano Índico e conseguir passagens para o Pacífico, tentando estender seu controle até a Mandchúria (Busca por Mares Quentes).

Os grandes objetivos britânicos eram manter as linhas de comunicação do império, conservar livres as vias marítimas para suas fontes de matérias-primas e mercados e manter o equilíbrio do poder entre as nações do continente europeu.

Os interesses da Itália se chocavam com os objetivos austríacos na dominação de territórios como a posse da "Itália Irredenta", litoral do Adriático, ao passo que o império Otomano impedia a aquisição, pela Itália, de Trípoli e outros territórios no norte da África.

Não eram incomuns interesses conflitantes entre os países dentro do mesmo bloco de alianças. E segundo Edward Mac Nall Burns se a instabilidade diplomática foi a principal causa da guerra, duas outras se destacam o Nacionalismo, notadamente na Europa Oriental que associado ao Pan-eslavismo desempenhou destacado papel no aguçamento do conflito entre sérvios e austro-húngaros.

Outra causa segundo ainda Burns foi a disseminação do militarismo. A incerteza quanto a confiabilidade das alianças estimulava a convicção de que a segurança nacional dependia do nível de preparação militar e naval.

O militarismo que associado as inovações na área da ciência e tecnologia colaborou também para o incremento da corrida armamentista, produzindo uma compulsão cada vez maior para mobilizar (Serviço Militar Universal) e aumentar cada vez mais exércitos e armadas.

Instabilidade diplomática, nacionalismo, militarismo, imperialismo, neocolonialismo, antagonismo, interesses ressentimentos se aliaram pra produzir uma série de crises entre 1905 e 1914.

As Crises Marroquinas geradas pela disputa da Marrocos pela Alemanha e pela França em 1905 e 1911 levaram essas duas potências a beira de um conflito militar.

Além da disputa pelo Marrocos, ocorreu no Oriente Próximo a Crise Sérvia ou da Bósnia (1908), a respeito da soberania sobre a Bósnia e a Herzegovina confrontando interesses sérvios, austro-húngaros, otomanos, russos e alemães.

Aumentando as animosidades entre as nações da Europa Oriental eclodiu o conflito conhecido como Guerras Balcânicas (1912) sendo inserida no rol de interesses antagônicos os objetivos gregos para a conquista da Macedônia, uma província turca, arrolando a Albânia neste leque de ressentimentos, antagonismos e interesses nos Balcãs. O assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando, por um ativista sérvio, deflagrou a guerra de 1914 que, ficou conhecida como a Grande Guerra, arrastando para esse conflito blocos de países europeus, países da América, África e Ásia.

O Conflito

Após o atentado ao herdeiro do trono do império Austro-húngaro seguiu-se o ultimato da Áustria aos sérvios. Ultimato esse com termos inaceitáveis, levando a mobilização dos exércitos e armadas dos países com interesses em jogo e as declarações subsequentes de guerra.

E nas palavras do general Viktor Dankl, “Graça a Deus a Grande Guerra”, comandando o 1º Exército Austro-húngaro, em 31 de julho de 1914, demonstrava-se o espírito reinante da sociedade europeia da época.

O conflito se desenrolou no tempo e no espaço em fases e frentes, tendo-se a Guerra de Movimento (Ago a Nov 1914), a Guerra de Trincheiras e o rompimento do impasse (1915-1918), com campanhas na Europa Ocidental e Oriental, nos Balcãs e Itália, no Oriente Médio, nas áreas coloniais e nos mares.

A invasão da Bélgica e norte da França

Pondo em prática o Plano Schlieffen se deu a primeira ofensiva alemã de agosto a dezembro de 1914 numa tentativa de envolver pelo norte as forças francesas.

Os alemães não esperavam sofrer qualquer resistência dos belgas, sendo fustigados por atiradores durante sua progressão, causando como represália retaliação dos alemães a civis com grande número de mortos, feridos e desabrigados. Durante a guerra surgiu a propaganda sistematizada, muito bem administrada pelos aliados e combatida com inépcia pelos alemães.

Após desrespeitar a neutralidade belga, a Inglaterra entra no conflito pondo em risco o

flanco norte alemão. Na progressão sobre a Bélgica e a França os alemães empurram a força britânica para o sul com sua ala direita projetou-se para oeste e para o sul de modo a envolver Paris.

Ao serem atacados ao sul nas Ardenas pelos franceses os alemães recuaram e passaram a contraofensiva na chamada Batalha das Fronteiras, sendo um desastre para a França. Mas os alemães não conseguiram com suas duas alas fechar a pinça que representaria o êxito do plano.

O alto-comando germânico tão confiante do sucesso da campanha, em fins de agosto deslocam tropas para a Frente Oriental (Frente Russa), onde a ameaça era considerada maior.

O exército alemão que envolveria Paris por oeste infletiu para sudoeste em direção ao rio Marne, mudando de direção, a fim de travar a batalha decisiva que iria destruir o grosso do exército francês.

Ao ser percebido esse movimento as forças aliadas da defesa de Paris resolveram atuar sobre o flanco exposto do exército alemão empurrando-o até o rio Aisne onde se instalou em trincheiras profundas.

Na frente russa a situação dos alemães não era boa pois o exército germânico pois o exército germânico estava em desvantagem em relação aos russos. A ação genial de Hindenburg levou o exército a grande vitória de Tannenberg.

Com a tentativa alemã de envolver a esquerda aliada e tomar os portos do canal, cortando o caminho às provisões e materiais vindos da Grã-Bretanha para a França ambos os exércitos se projetaram para o oeste numa corrida para a costa.

Chegaram às proximidades de Ypres (outubro de 1914), os alemães, com absoluta superioridade de meios, atacaram os ingleses, estando na iminência de romper a linha britânica, mas os ingleses puderam finalmente detê-los, dando fim a fase da Guerra de Movimento, estabelecendo-se uma linha de trincheiras desde a Suíça até o mar do Norte.

Guerra de Trincheiras (1915 a Jul de 1916)

Em abril de 1915 os alemães reuniram meios para uma grande ofensiva com um novo meio que dispunham, o emprego de gases asfixiantes, tentaram romper as linhas aliadas na 2ª Batalha de Ypres em abril e maio de 1915.

Impossibilitados de romper adversárias foram estabelecidas sólidas e contínuas organizações defensivas – as trincheiras.

O período que vai de maio de 1915 a fevereiro de 1916 é de relativa calma, só perturbado pela ofensiva alemã, em julho de 1915, em Argonne.

Na primeira metade de 1916, registrou-se em Verdun e nas suas cercanias um tremendo assalto germânico. Os alemães sofreram enormes perdas sendo detidos depois de terem penetrado algumas milhas dentro das linhas francesas. As perdas francesas foram também muito grandes.

Seguiu-se a batalha naval da Jutlândia em maio de 1916, que deu aos aliados a supremacia nos mares, verificando-se nesse período a guerra submarina perpetrada pelos alemães na intenção de cortar as linhas de abastecimento inglesas levando a guerra a outros países não-europeus com afundamentos de navios mercantes.

Na frente balcânica as forças britânicas e francesas, ao desembarcarem na península de Galípoli, em abril de 1915, aí encontraram tropas turcas bem entrincheiradas em melhor equipadas para a guerra de trincheira, culminando com a derrota aliada e a retirada em junho de 1916.

Em julho de 1916, deu início a uma grande ofensiva não se conseguindo romper a linha alemã. Em setembro de 1916, carros blindados foram empregados pela primeira vez com grande sucesso, porém o êxito não foi aproveitado.

Os EUA entram na guerra (1917-1918)

Como resultado do bloqueio naval e da guerra submarina alemã os EUA foram forçados a sair do seu isolamento entrando na guerra, em 6 de abril de 1917.

Durante o ano de 1917, enquanto a Rússia se afastava do conflito, exaurida e impotente, os EUA transformaram-se, rápida e firmemente, em uma grande potência.

A Revolução Bolchevique (1917) – Uma revolução em meio à guerra

A frente russa, segundo alguns historiadores, um elemento de equilíbrio do conflito, obrigando o Império Alemão a lutar em duas frentes: a Ocidental e a Oriental.

O exército russo era chamado a desencadear ofensivas no Leste sempre que a pressão alemã no Oeste era irresistível, forçando a transferência de tropas germânicas do Oeste para o Leste.

Em meio a Grande Guerra sobreveio uma revolução. A Rússia, já gravemente debilitada por motivos internos antes de 1914, viu-se incapaz de enfrentar a sobrecarga da guerra contínua.

Com o lema “Paz, Terra e Pão” os bolcheviques tinham para o seu lado os soldados desgostosos com a guerra e assim que possível foi feito em separado um tratado de paz com os alemães, aceitando condições que incluíam a entrega da Polônia, da Ucrânia e da Finlândia. O tratado de paz foi assinado em Brest-Litovsk em março de 1918.

A ofensiva final aliada o rompimento do impasse das trincheiras

Apesar da defecção russa, os aliados tinham recebido inestimável reforço, os americanos que, desde alguns meses antes vinham trazendo para a França poderosas forças. No mês de junho de 1918 começou a contraofensiva aliada. Em julho, os alemães começaram a recuar. A batalha de Chateau-Thierry, em 18 de julho de 1918, provou a excelente qualidade dos norte-americanos.

Em agosto, os britânicos deram um grande golpe vitorioso e as linhas alemães na região de Amiens, foram rompidas. Em setembro, os ingleses atacam com sucesso a linha Hindenburg, dando o golpe fatal nos alemães.

Os alemães perderam o espírito de luta e iniciaram uma série de retiradas acompanhadas de derrotas sucessivas na frente ocidental. Em novembro de 1918 os britânicos atingem Valenciennes e os americanos Sedan. Na Itália os exércitos austríacos encontravam-se em retirada desordenada. A derrota foi espantosamente rápida. A 7 de setembro a marinha alemã se amotinou, o Kaiser fugiu da Alemanha em novembro de 1918 e foi assinado o armistício pela Alemanha.

Conclusão – Consequências

A Primeira Guerra foi uma revolução global com consequências políticas, econômicas, sociais e militares. O mapa da Europa foi redesenhado, impérios seculares caíram como o Russo, o Otomano, o Austro-húngaro e o Alemão com a redistribuição das ex-colônias dos germânicos.

O fim do Império Otomano refez o desenho das fronteiras do Oriente Médio e na Palestina lançou as sementes do moderno conflito árabe-israelense.

Mais do que questões de fronteira a guerra revolucionou as relações de poder dentro das sociedades europeias e de países possuidores de um proletariado atuante com a introdução do elemento ideológico nos conflitos.

O direito do voto foi estendido a todos os homens e a mulher ascendeu a uma posição de destaque na nova sociedade, adquirindo direitos.

A Europa perdeu a sua estatura simbólica e demográfica sendo contestada a sua “missão civilizatória” perante o mundo, lançando-se as bases do movimento anticolonialista.

A Europa começa a perder a sua hegemonia, a União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS) é apresentada ao mundo com a líder de um socialismo universalista. Os EUA saem momentaneamente do seu isolacionismo e ascende como potência econômica, militar e política.

Foi criada em 28 de abril de 1919 a Liga das Nações, onde as potências vencedoras do conflito se reuniram para propor um acordo de paz, num primeiro momento sendo

apresentado “Os Quatorze Pontos” do presidente norte-americano Woodrow Wilson, o que não foi acolhido, sendo aprovado o Tratado de Versalhes, que contribuiu para criar as condições de um novo conflito global – a Segunda Guerra Mundial.

A guerra da Era Industrial trouxe inovações no campo da técnica e da tática como o emprego de submarinos, blindados, aviação, armamento individual, uso de gases, exploração das comunicações, fogo e movimento na manobra tática, desenvolvimento da doutrina de artilharia, trabalho de estado-maior, serviço militar, propaganda e a preocupação com o componente ideológico e preceitos no tratamento do Direito dos combatentes e civis dentre outras.

a. Segunda Guerra Mundial

Antecedentes

1) O Período entre Guerras (1919-1939).

As sementes da Segunda Guerra Mundial (II GM) foram plantadas logo após o término da Primeira Guerra Mundial (I GM). As conferências do Tratado de Versalhes buscaram culpar a Alemanha pela eclosão da Grande Guerra em 1914.

A cláusula de “culpa pela guerra” responsabilizou o Império Alemão pelo conflito.

A França, invadida duas vezes pela Alemanha (1870 e 1914), buscou conter os interesses alemães, fazendo do tratado juntamente com a Grã-Bretanha uma ferramenta de punição ao Estado alemão.

Perda de colônias, recuo da linha de fronteiras e o pagamento de indenizações contribuíram para aumentar o ressentimento alemão em relação aos vitoriosos da guerra, sem contar com a percepção que tinha muitos alemães de não terem perdido o conflito.

O nascimento caótico da fraca República de Weimar, como ficou conhecida, não foi um bom presságio para a Alemanha, aumentando as angústias do povo alemão.

O surgimento de novas nações no pós-guerra, em especial a Áustria soava para muitos alemães como uma hipocrisia, pois impedia que as populações de origem germânica nessas regiões buscassem uma unificação com a Alemanha.

Outro golpe no orgulho nacional germânico foi a imposição de condições restritivas às suas forças armadas, limitando-as a 100.000 homens, proibindo a existência de uma força aérea e uma marinha que não poderia ter submarinos e de limitada em tonelagem.

Em 1922 a Alemanha já não podia arcar com as indenizações de guerra, tendo sido o vale do Ruhr ocupado pelos franceses e belgas, levando o país à hiperinflação, encorajando o extremismo político em um momento em que a população do país buscava soluções em grupos fora dos partidos políticos tradicionais.

Em 1923 uma tentativa de golpe por parte do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores, conhecido como partido nazista intentou o fracassado “putsch” de Munique, tendo como líder um ex-cabo do exército alemão da I GM – Adolf Hitler, que após passar pouco tempo na prisão, escreveu no cárcere o seu livro “Minha Luta”, demonstrando todo o seu ressentimento contra aqueles que contribuíram para deixar a Alemanha na situação que se encontrava, fazendo nascer o Nazismo.

Foram feitas tentativas para que os alemães pudessem saldar suas dívidas com modificações no Tratado de Versalhes, sendo uma delas o Plano Dawes que dispunha sobre pagamentos mais razoáveis, além de encorajar investimentos em massa dos Estados Unidos da América (EUA) na Alemanha.

Isso abrandou os partidos extremistas, trazendo alguma prosperidade, mas por pouco tempo.

2) A Itália e o Fascismo.

Embora fizesse parte da Tríplice Entente, durante a Grande Guerra, ao lado das potências vitoriosas, a instabilidade política na Itália no pós-guerra contribuiu para o surgimento do Partido Fascista, em 1921, liderado por Benito Mussolini, antigo líder socialista, com ambiciosos planos para transformar seu país em uma grande potência. Após sucessos nas eleições nacionais em 1921 Mussolini buscou o controle de toda a nação, o que foi conseguido pelo oferecimento do rei italiano, Vitor Emanuel, da posição de chefe de estado do país. Os partidos de oposição foram tolerados mais a máquina administrativa do Estado foi mobiliada pelos fascistas, tornando a Itália um país totalitário.

A expansão do poder fascista na Itália impulsionou o país para adotar procedimentos imperialistas com a invasão da Etiópia em 1935.

3) O Fracasso da Liga das Nações.

O presidente Woodrow Wilson dos EUA por falta de apoio do Congresso e por não conseguir aprovar seus Quatorze Pontos na Liga das Nações colaborou para o insucesso da organização o que contribuiu para o clima de ressentimentos no pós-guerra e o surgimento de extremismos políticos.

A Liga não conseguiu garantir um clima que propiciasse uma paz duradoura, ficando os EUA fora da Organização, cabendo a Grã-Bretanha e a França, países desgastados pela guerra, o encargo da manutenção da paz mundial.

4) A Crise de 1929.

As consequências políticas e econômicas da Crise de 1929 alcançaram um nível de violência, profundidade e universalidade sem tamanho.

Conhecida como a Grande Depressão Americana ou como a quebra da bolsa de valores de Nova York, em outubro de 1929, causou ruínas gigantescas, comprometendo o sistema capitalista.

A expansão dos créditos, a diminuição do consumo, a especulação financeira e a superprodução são fatores que contribuíram para a eclosão da Crise de 1929.

Essa crise atingiu em cheio a já combalida sociedade europeia do pós-guerra, notadamente a Alemanha.

5) A Ascensão de Hitler (1933).

O Plano Dawes contribuiu para amenizar a situação na Alemanha e uma outra tentativa de aliviar as indenizações por parte dos alemães, o Plano Young, foi prejudicada pelas consequências da Crise de 1929, levando um colapso ainda maior na economia.

Novamente os eleitores alemães buscaram uma solução radical, favorecendo os nazistas o que levou Hitler a pressionar o governo por uma posição de destaque.

Uma coalizão do partido nazista com o partido nacionalista fez com que estes acreditassem que se poderia controlar Hitler.

Em 30 de janeiro de 1933, o presidente alemão Hindenburg nomeou Hitler chanceler, que aparelhou o Estado com correligionários do partido nazista, ficando mais fortalecido com o incêndio do parlamento alemão creditado a um ataque comunista.

Com a morte do marechal Hindenburg em 1934 o líder nazista assume o controle total da Alemanha, a ditadura nazista se implantara, embarcando o país em um programa de rearmamento e reativação de suas forças armadas, contrariando o Tratado de Versalhes. Agora como o “Führer” da Alemanha, Hitler se dedicou ao objetivo de tornar seu país uma potência, valendo-se de ideias como “Lebensraum” – Espaço Vital e o “Anschluss” – União de segmentos de populações alemães de outros países com a mãe-pátria germânica.

6) A situação na União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS) e no Japão.

Desde 1917, com a Revolução Bolchevique, o Império Russo deixa de existir, surgindo a URSS com graves problemas internos tanto no campo social como econômico, retirando-se da I GM, assinando tratado em separado com o Império Alemão.

Os aliados ocidentais tentam intervir o que vai fazer com que as lideranças soviéticas tendessem a desconfiar do Ocidente por muito tempo mesmo após o término da II GM, favorecendo o conceito de internacionalização do comunismo.

O Japão ressentia-se por não ser tratado de forma igualitária pelas potências vitoriosas da Grande Guerra embora tenha se empenhado pouco no esforço na Frente Ocidental, porém

foi um forte aliado da Grã-Bretanha no Oriente pelo Tratado de Londres de 1902 ao que renunciou em 1930, vindo a sair da Liga das Nações em 1933.

O Japão invadiu a Mandchúria, a China e a Mongólia no período de 1931 a 1939, a Guerra Sino-japonesa.

Essa expansão do imperialismo japonês foi marcada por um alto nível de crueldades contra civis, ceifando a vida de 15 milhões de pessoas em 14 anos de conflito.

O Ocidente só veio a contestar com maior vigor esse expansionismo nipônico quando o Japão se voltou para as áreas de influência europeia no sudeste asiático ricas em alimentos, minérios e petróleo.

7) A Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Já por ocasião da Guerra Civil Espanhola os governos nazistas, fascistas (Legião Condor e Negra) e comunistas enviaram armamentos e homens para apoiarem nacionalistas e republicanos.

A França era simpática à causa de Madri, porém a Inglaterra se manteve neutra, por conta das inclinações de esquerda dos republicanos, temendo o surgimento de um país comunista na Península Ibérica.

A maior guerra civil europeia foi suprida por tropas e armamentos vindos de fora se transformando em um campo de provas para técnicas e táticas de blindados, aviões e artilharia, causando um grande número de vítimas civis.

8) Acordos e Pactos antecederam a guerra.

Após anexar a Áustria à Alemanha, em março de 1938, Hitler iniciou os preparativos para conquistar a Tchecoslováquia, sob o pretexto de ajudar as minorias germânicas oprimidas na região dos Sudetos, no norte do país.

A ocupação alemã na Áustria e em terras da Tchecoslováquia colocou grandes comunidades judaicas sob controle germânico, mostrando o que viria a ser uma das características do futuro conflito global – o extermínio de judeus, ciganos, dissidentes políticos e minorias étnicas e culturais.

Em 1939, a Alemanha buscou uma aliança com a URSS, diante da instável situação internacional, embora o Ocidente cogitasse no apoio soviético como forma de forçar os alemães a lutarem em duas frentes caso eclodisse o conflito.

Em 23 de agosto de 1939 foi celebrado o Pacto Ribbentrop-Molotov acordo de não agressão entre a Alemanha e a URSS, dividindo a Polônia em duas áreas de interesse. O Pacto de Aço foi um acordo entre os governos da Itália fascista e da Alemanha nazista, firmado em 22 de maio de 1939 contra ameaças internacionais e de ajuda imediata

e suporte militar em caso de guerra.

O Pacto Anti-Komintern assinado 5 de novembro de 1936 entre o Japão e a Alemanha se comprometia a tomar medidas para se protegerem contra a ameaça da Internacional Comunista, tendo a Itália aderido em 1937, formando as Potências do Eixo.

9) A Alemanha invade a Polônia.

A invasão alemã à Polônia, em 1º de setembro de 1939, foi o ponto culminante do Plano Weiss, desenvolvido em abril pelas forças armadas alemãs.

Não conseguindo atrair os poloneses para a esfera de influência germânica, Hitler invade a Polônia com a intenção de abrir caminho para a cidade de Danzig (corredor polonês), englobando a Prússia Oriental e se apossando das ricas áreas industriais da Silésia, dadas a Polônia após um plebiscito em 1919.

Em um duplo envolvimento, realizando uma pinça, um ao norte e outro ao sul, as forças alemãs convergiram para a investida em Varsóvia, após pesado bombardeio da capital polonesa, encontrando as forças soviéticas em Brest-Litosvisk.

Pela primeira vez na história se via uma nova forma de ataque com a combinação de carros de combate, aviação e artilharia – a Guerra Relâmpago “Blitzkrieg”.

Em pouco mais de um mês a Polônia se rende.

A França e a Inglaterra declaram guerra à Alemanha, o que não era muito esperado por Hitler. Iniciava-se a II GM.

O Conflito Global (1939-1945)

1) Os Teatros de Guerra.

A II GM sendo um conflito global foi constituída por Teatro de Operações, Frentes Principais e Secundárias, Campanhas, Batalhas e Fases que envolveu quase todos os continentes, oceanos e espaços aéreos do planeta.

Tendo-se, pois a Frente Ocidental Europeia, a Frente Oriental Europeia, o Atlântico, o Mediterrâneo, o Norte da África, o Pacífico, a Oceania, O sudeste da Ásia, o Oriente Médio e Extremo Oriente.

2) O Avanço do EIXO.

a) A Campanha da Polônia (setembro de 1939).

Em um duplo envolvimento, realizando uma pinça, com um Grupo de Exércitos ao norte e um Grupo de Exércitos ao sul, as forças alemãs fixaram o centro polonês, convergindo para a investida em Varsóvia, após pesado bombardeio da capital polonesa, encontrando

as forças soviéticas em Brest-Litosvisk.

Pela primeira vez na história se via uma nova forma de ataque com a combinação de carros de combate, aviação e artilharia – a Guerra Relâmpago a “Blitzkrieg”.

A Força Aérea Alemã agindo em massa destruiu a incipiente Força Aérea Polonesa. Ao mesmo tempo aviões alemães atacaram instalações e pontos críticos no interior da Polônia.

O avanço das tropas blindadas alemães não encontrou resistência de vulto apesar da heroica atuação da cavalaria polonesa que ainda usava tropas hipomóveis com espadas e lanças.

Em outubro de 1939 a Polônia se rende deixando de existir como estado independente.

b) A Guerra de Inverno.

Como consequência da derrota polonesa a URSS se viu com liberdade de ação para controlar os países do Báltico. Lituânia, Letônia e Estônia sucumbiram ao controle soviético, por intermédio de mecanismos de tratados de cooperação forçados o que encorajou Stalin a exigir que a Finlândia atendesse suas reivindicações territoriais.

Houve negociações entre os soviéticos e finlandeses sem terem chegado a um acordo. As hostilidades irromperam no dia 30 de novembro de 1939, forças soviéticas cruzaram a fronteira onde os finlandeses puderam resistir às forças numericamente superiores, infligindo pesadas baixas aos soviéticos.

Os finlandeses fizeram bom uso de suas tropas de esquiadores, acostumadas ao frio polar, camufladas para atuarem nas áreas de neve se valendo do conhecimento do terreno aparecendo e desaparecendo no interior dos dispositivos soviéticos, tornando-se conhecidas como tropas fantasmas, superando os russos até que os números do Exército Vermelho falassem mais alto, levando o conflito à mesa de negociação, sem, contudo fazer desaparecer a Finlândia.

c) A Guerra de Mentira.

Com a queda da Polônia e o durante o conflito com a Finlândia, os países se prepararam para o pior: contudo, o que aconteceu foram alguns ataques debombardeiros, combates aéreos esparsos e alguns combates de pequena monta, o que levou a um jornalista dos EUA a se referir ao conflito como uma “Guerra de Mentira”, provavelmente para que ambos os lados ganhassem tempo para se preparar para o grande conflito que se avizinhava.

Em 6 de outubro de 1939 Hitler propôs um acordo de paz, que foi rejeitado pelos Aliados, dias após foram dadas ordens para um ataque alemão à Europa Ocidental o que não ocorreu por conta das condições meteorológicas e por mais tempo solicitado por seu

estado-maior.

d) A Invasão da Dinamarca e Noruega (abril de 1940).

A Dinamarca e, principalmente, a Noruega representavam importante peça na estratégia dos contendores. Para a Alemanha, a Noruega na mão dos Aliados representava séria ameaça em seu flanco norte e impediria a única rota marítima utilizável.

Para a Inglaterra a posse da Noruega pelos alemães significava uma ameaça direta às ilhas.

Ambos os beligerantes se acusavam mutuamente de violar a neutralidade norueguesa. Os alemães utilizavam a faixa marítima e os fiordes para subtrair seus navios de guerra e mercantes ao bloqueio inglês.

Um incidente em fevereiro de 1940 mostrou a incapacidade dos noruegueses de fazer valer sua neutralidade, ante a minagem da entrada dos fiordes feita pelos ingleses, determinando a invasão da Dinamarca e da Noruega pelos alemães.

e) A Campanha da França (maio e junho de 1940).

Tão logo a Polônia foi conquistada, começou a transferência das divisões alemães para a Frente Ocidental. Durante esta campanha o exército francês compunha-se de 66 divisões da ativa e 45 divisões da reserva. Caso houvesse sido lançado um ataque contra a cobertura alemã é possível que os franceses levassem de roldão os alemães até o corte do Reno. Nada, entretanto, foi feito para espanto dos próprios alemães.

Hitler desejava velocidade nesta nova frente, entendendo que a queda da França forçaria a Inglaterra a entrar em um acordo, porém por assessoramento de seu Estado-Maior buscou-se ganhar tempo para um melhor preparo.

Assim a ofensiva, apesar da relutância dos chefes militares germânicos, marcada para novembro de 1939 foi adiada para maio de 1940.

A 10 de maio de 1940 os alemães invadiram a Holanda e a Bélgica, numa ação violenta empregando paraquedistas, aviação e blindados. Os Aliados, conforme o seu plano, marcharam ao encontro dos alemães, buscando detê-los no corte do rio Dyle.

A 12 de maio fortes contingentes blindados (Panzer), a comando de Guderian desembocam das Ardenas na região de Sedan onde a 13 de maio transpõem o rio Mosa. Transposto o rio, juntamente com mais duas divisões Panzer, continuou em velocidade para noroeste.

Com esta ruptura desmoronou o dispositivo aliado, sendo cortadas suas linhas de suprimento, embora tivessem sido realizados contra-ataques a comando de De Gaulle para romper o dispositivo sem sucesso.

Cercado o Grupo de Exército e associado à rendição dos belgas não restou opção aos aliados a não ser uma retirada (Dunquerque).

Ofereceu-se uma linha improvisada de defesa nos cortes do Somme e Aisne não resistindo ao avanço alemão que entram em Paris a 15 de junho de 1940.

Nesta oportunidade De Gaulle evade-se para Inglaterra e passa a conduzir o governo da França Livre quando é criado o estado francês com a capital em Vichy, estabelecendo-se a Resistência Francesa (os maquis) em oposição aos alemães e aos colaboracionistas.

f) A Batalha da Inglaterra (Ago, Set 1940).

Após a derrota da França, Hitler fez propostas de paz à Inglaterra. O novo governo inglês, gabinete de guerra, de coalizão, chefiado por Churchill, que havia substituído o gabinete de Chamberlain quando da invasão da Noruega, rejeitou as propostas, decidindo-se a lutar.

Hitler ordenou preparativos para uma invasão, cujos planos tomaram o nome código Sea Wolf.

Mais tarde abandonou este plano entendendo que poderia reduzir a Inglaterra, por ação aérea. A Luftwaffe atacou objetivos nas ilhas britânicas e a Royal Air Force (RAF) enfrentou-a no espaço aéreo inglês. A batalha iniciada em agosto de 1940, atingiu seu clímax em setembro.

Os alemães sofreram fortes perdas e em outubro abandonaram os ataques maciços, resultando a ação numa vitória inglesa, que foi favorecida pela luta sobre o seu território, havendo recuperação de pilotos, bem como vantagens no emprego dos seus aviões próximos as suas bases tendo mais tempo para combater pois tinham mais combustíveis nos seus tanques, diferentemente dos alemães que teriam que retornar para o continente. O uso do radar, do avião de caça "Spitfire", as barragens de balões ancorados, forçando os aviões atacantes a se manterem acima delas e táticas de combate contribuiu para o êxito britânico.

No mar a campanha prosseguiu entre submarinos germânicos e a marinha inglesa protegendo os comboios marítimos.

g) A Batalha do Atlântico.

A guerra no mar era fundamental para a Grã-Bretanha, pois dependia da importação de alimentos e materiais de guerra.

A frota de superfície da Alemanha era pequena em comparação com a marinha britânica, e a grande ameaça vinha dos submarinos alemães (U-Bote).

Esse confronto marítimo se estendeu desde 3 de setembro a 8 de maio de 1945.

O objetivo de Hitler era, com seus U-Boote, bloquear as rotas comerciais marítimas entre os aliados, visando à rendição da Inglaterra na tentativa de inviabilizar a intervenção americana no cenário europeu.

O almirante Karl Donitz foi o grande estrategista naval alemão designado por Hitler para a condução da guerra naval, mas não contava com o emprego imediato de seus submarinos pois esperava por mais tempo para que a marinha alemã pudesse ter mais poder de fogo.

Pode Donitz se furtar ao sistema de captação de ondas de rádio, fazendo seus U-Boote atuarem na superfície e em grupo (tática de matilha).

Em 1943 a Brecha do Atlântico superada com o desenvolvimento do radar centimétrico, colocado a bordo de aeronaves melhorando a guerra antissubmarina e com o uso de bombas submergíveis, reduzindo o número de navios aliados afundados e aumentando a neutralização de U-Boote.

Outra vantagem obtida foi a captura de um submarino alemão no qual foi resgatada uma máquina enigma, facilitando o monitoramento das comunicações alemães.

h) A Campanha dos Bálcãs (Abr 1941).

O petróleo dos Bálcãs alimentava a máquina de guerra alemã, não interessando a Alemanha qualquer desequilíbrio na região, portanto a influência germânica na área era visível o que Mussolini entendia que deveria haver um “equilíbrio” maior entre as duas potências do Eixo, decidindo-se por invadir a Grécia.

Após alguns êxitos iniciais as forças italianas foram detidas e contra-atacadas pelos gregos que invadiram a Albânia, esta ocupada pelos italianos, deixando os italianos em sérias dificuldades.

Hitler, que neste tempo já dera a diretriz para o ataque à URSS (Operação Barbarossa) decidiu intervir, não só para auxiliar seu aliado, como também para assegurar seu flanco sul nas futuras operações no Leste europeu.

Neutralizadas a Hungria, a Bulgária e a Romênia por intermédio da diplomacia os alemães invadem a Iugoslávia, após ultimato não aceito.

Com forte apoio aéreo, lançam-se os alemães sobre a Iugoslávia e a Grécia, partindo da Áustria.

Na Iugoslávia os alemães vão sofrer forte resistência dos “partizans” do líder comunista Josip Broz Tito, futuro chefe da Iugoslávia.

A campanha contra a Grécia prosseguiu ante a resistência de gregos e britânicos que foram forçados a retirarem-se para Creta e Albânia.

O assalto a Creta corou a ação alemã ao ser realizada uma operação aeronaval sobre a

ilha. Após pesados bombardeios aéreos, paraquedistas alemães saltaram sobre seus objetivos, recebendo reforços de planadores, aviões de transportes e navios, conseguindo a vitória embora sofrendo pesadas baixas.

i) O Norte da África, Mediterrâneo e o Oriente Médio.

Com o acirramento da guerra, a Grã-Bretanha percebeu que o resultado da guerra poderia ser decidido no Mediterrâneo e no Oriente Médio, fonte vital de suprimentos de petróleo e principal linha de comunicações com a Índia e o Extremo Oriente.

A Itália precisava controlar o mar Mediterrâneo, a fim de enviar suprimentos e recursos militares para seu império no norte da África, que deveria ser a base para um ataque ao canal de Suez. Cabia à marinha britânica a tarefa de cortar as linhas de abastecimento italianas e, ao mesmo tempo, preservar suas próprias rotas abertas a partir de Gibraltar, no oeste, através de Malta e Chipre até a base naval de Alexandria e o canal de Suez, no leste.

Os italianos não atingiram os objetivos fixados no norte da África, dentre eles o controle do canal de Suez, sendo rechaçados pelos britânicos, sendo necessário o auxílio alemão com a entrada em operação do Afrika Corps comandado pelo general Erwin Rommel.

Rommel consegue se impor aos ingleses, havendo episódios de vitórias do Eixo alternando-se com vitórias aliadas, seguiu-se um período de estabilização, mas com a derrota de EL-Alamein e com a possibilidade de atuar em duas frentes com a presença dos americanos por oeste e britânicos a leste os alemães deixam o norte da África, liberando o Mediterrâneo para a invasão da Sicília e da Itália em 1943, aliviando a pressão do Eixo na Frente Oriental.

j) A Campanha da Rússia (Jun 1941 a Maio 1945).

Durante o impasse surgido na guerra contra a Inglaterra, Hitler decidiu lançar-se contra a URSS, coerente com seu esquema político.

Levaram-no a esta decisão as seguintes considerações:

- Que seria inevitável uma decisão com o bolchevismo pelas armas;
- Ganhar espaço vital no Leste; e
- Eliminar de uma vez a ameaça à sua retaguarda.

Hitler estava seguramente convencido de que poderia destruir o Exército Vermelho tão facilmente quanto os demais adversários.

Desde a derrota da França, acalentava o projeto de a URSS, entendendo que o pacto Ribbentrop – Molotov serviria para uma guerra de longa duração na Frente Ocidental o que não aconteceu não sendo mais necessário.

Os alemães iniciaram as operações fazendo uso da Blitzkrieg. Pontas de lança blindadas abriram brechas no dispositivo inimigo e eram seguidas pela infantaria que consolidava a conquista.

O imenso espaço levou os alemães a aplicar a tática que tomou o nome de “cunha e caldeirão” que consistia, em última análise: de duas cunhas blindadas que penetravam paralelas e profundamente nas posições inimigas reunindo-se num ponto predeterminado e cercando assim as forças adversárias dentro de um grande caldeirão. Estas forças eram, logo que possível, substituídas pela infantaria e prosseguiram esboçando novos bolsões.

As forças alemãs foram organizadas em três grupos de exércitos, o do Norte (marechal Von Leem), o Centro (marechal Von Rock) e o Sul (marechal Von Adrastea). Cada qual atacou por um eixo de penetração usando grupos blindados (Panzer) para abrir caminho através da linha soviética, enquanto numerosa infantaria seguia atrás.

No extremo norte, exércitos finlandeses apoiavam o ataque; no sul grandes forças romenas, dirigidas por um comandante-geral alemão, rumaram na direção de Odessa e da Crimeia.

Os soviéticos defenderam-se tenazmente e esboçaram a “linha defensiva Stalim” que vinha do mar Báltico ao mar Negro, utilizando também a tradicional tática de terra arrasada destruindo tudo o que eram obrigados a abandonar.

Em fins de julho de 1941 e princípio de agosto é atacada e rompida a “Linha Stalin”, o grupo de exército norte começa a ameaçar Leningrado. O centro prossegue sobre Smolensk, deixando bolsões a retaguarda e no sul Kiev é atingida.

Embora os soviéticos lutassem bravamente e detivessem o avanço do inimigo em pequenas batalhas locais, a velocidade e a violência do ataque a que estavam submetidos quase lhes arruinou o poderio aéreo em questão de dias, causando desmoralização generalizada e o colapso das comunicações e suprimentos.

Pode-se constatar que uma das grandes dificuldades dos russos nas ações contra os alemães advém da falta de qualidade dos quadros militares no trato das questões da guerra tendo em vista aos expurgos realizados por Stalin não só nos quadros do partido como também no seio de suas forças armadas.

Em setembro, com a resistência russa acentuando-se cada vez mais o ímpeto alemão vai diminuindo, estes atingem Leningrado ao norte, conquistam Smolensk e Kiev ao centro e a costa do mar negro até a Crimeia ao sul.

Na primavera de 1942 reiniciaram-se as operações, conseguindo os alemães barrar uma ofensiva russa na frente de Moscou. A seguir lançaram sua ofensiva. Abandonamos objetivos Moscou e Leningrado e decidem atingir o baixo Volga e o Cáucaso, cujo petróleo necessitavam urgentemente.

Além disto, a posse do Cáucaso poderia forçar a entrada da Turquia na guerra ao seu lado, bem como esboçar um enlace com as forças de Rommel que no norte da África, pudessem avançar sobre o Egito, o Canal de Suez, infletindo para o norte a oeste dos rios Tigre e Eufrates, chegando ao Cáucaso pelo sul.

Stalingrado passa a ser o objetivo estratégico alemão, incidindo sobre ela uma poderosa força germânica detendo-se neste ponto, ficando essa força isolada por ataques de flancos por parte dos russos, após rechaçar outro exército alemão que tinha se aventurado no Cáucaso, impossibilitando Hitler de tentar uma ruptura, sendo um ponto de inflexão da II GM, como El-Alamein no norte da África e Midway no Pacífico.

Após o degelo de 1943 e a capitulação de Stalingrado os alemães na intenção de eliminar um saliente nas linhas russas, precipitam sobre a área utilizando a tradicional tática de “pinça”, ocorrendo a maior batalha de tanques de toda a história, perdendo os alemães a iniciativa estratégica na Campanha da Rússia, sendo sistematicamente repelidos para oeste.

Durante a campanha foi estabelecido pelos EUA aos russos o fornecimento de armas e outros suprimentos entre 1941 a 1945 sendo conhecido como o “Lend – Lease”, contribuindo em muito para o sucesso soviético frente aos alemães.

k) A Blitzkrieg Japonesa no Pacífico.

O expansionismo do Império Japonenses na Ásia era evidente após as invasões da Mandchúria, Mongólia, China e ilhas do oceano Pacífico na busca por recursos minerais, petróleo e alimentos, realizando sucessivas operações de desembarque anfíbio.

O Japão dentro dessa política de construir um gigantesco império sob seu controle no Extremo Oriente, chocou-se com a Inglaterra e os EUA. Com a queda da França, mediante acordo com o governo de Vichy, obteve o controle das concessões francesas na China e Indochina.

Firmou-se, ainda em 1941, um pacto de não-agressão com a URSS que lhe deu a segurança no flanco norte. Finalmente, com a precária situação inglesa em 1941 e com os alemães às portas de Moscou, o Japão, embora tendo mandado uma missão diplomática especial a Washington aplainar as dificuldades com os EUA, entendeu propício o momento de iniciar a guerra com um ataque fulminante contra as forças navais americanas no Pacífico – Pearl Harbour.

Agindo conforme sua tradição golpeou de surpresa o inimigo buscando a superioridade militar desde o início, realizando um ataque a uma importante base americana no Hawai. Uma esquadra japonesa, à base de porta-aviões, deslocou-se por rota não frequentada e na manhã de 7 de dezembro de 1941 (domingo às 07:45 h) desembocou o ataque.

Centenas de aviões decolaram dos porta-aviões e, ao alvorecer, atacaram violentamente as instalações navais da ilha atingindo gravemente a esquadra americana, causando um desequilíbrio inicial de grandes consequências na longa luta que se iniciava, deflagrando uma grande comoção nacional no povo americano fazendo os EUA saírem de seu isolacionismo entrando no conflito.

Buscaram os japoneses atingirem os seguintes objetivos:

- neutralização da esquadra americana do Pacífico;
- conquista dos recursos do Sudeste asiático;
- eliminação de forças no extremo oriente; e
- conquista de áreas e pontos estratégicos.

Passam então os japoneses à conquista de Hong Kong, Malásia, Birmânia, Filipinas, Índias Holandesas, parte das Aleutas, caracterizando uma verdadeira Blitzkrieg japonesa no Pacífico.

3) A Contraofensiva Aliada

a) Midway – o ponto de inflexão no Pacífico e da II GM.

O ano de 1942 marca o fim do avanço do Eixo e o início da contraofensiva Aliada. A expansão japonesa é detida em Guadalcanal que estava sob controle americano encerrando com essa vitória o avanço japonês no Pacífico Sul.

A batalha de Guadalcanal chegou a um ponto crucial em novembro de 1942.

Embora em escala bem menor do que os confrontos no deserto norte-africano e em torno de Stalingrado, a luta pela ilha foi um teste vital para a determinação americana quanto à capacidade para do Japão de proteger seu recém-criado império.

Mas foi em Midway, junho de 1942, que numa tentativa japonesa de conquistar a base americana que a esquadra do Japão sofreu pesadas perdas (4 porta-aviões contra um dos EUA) se constituindo em um ponto de inflexão da II GM, enfraquecendo permanentemente a capacidade nipônica de combate no mar e no ar, retirando a iniciativa militar japonesa pelo resto da guerra.

A iniciativa da luta passa agora para as mãos dos Aliados, retomando ilhas e áreas do Pacífico recomeçando com Nova Guiné e posteriormente com uma ofensiva na direção da Filipinas, constituindo uma operação denominada pelos americanos de “batráquia”, saltando de ilha em ilha.

O almirante Nimitz de posse de Midway avançou no Pacífico Central e no sudoeste o general Mac Arthur continuou avançando pela costa da Guiné aprontando a retomada das Filipinas em outubro de 1944.

A Birmânia é retomada com tropas americanas, chinesas e anglo hindus.

As operações finais contra os territórios originais do Japão como Iwo Jima em fevereiro e março de 1945 foi a primeira ilha conquistada no caminho de Tóquio, não sem a tenaz e desesperada resistência nipônica, permitindo a partir daí o bombardeio direto do território metropolitano do Japão.

Okinawa (Abr e Jun 45), situada próxima da extremidade sul do Japão foi assaltada em 1 de abril de 1945.

O colapso japonês a partir de Okinawa fez com que os americanos intensificassem o bombardeio aéreo e naval sobre o Japão.

b) A Conferência de Casablanca (Jan 1943).

Com o objetivo de planejar uma estratégia europeia para as ações Aliadas durante a guerra, estando presentes Franklin Roosevelt (EUA), Winston Churchill (Inglaterra), Charles De Gaulle (França), sem a presença de Stalin (URSS).

Ficou decidido que a invasão da Sicília ocorreria depois da derrota do Eixo no norte da África. À Conferência de Casablanca seguiu-se a do Cairo, da qual participou o líder chinês Chiang Kai-shek, também sem a presença de Stalin, acordando sobre a rendição incondicional do Japão.

c) A Invasão da Sicília e da Itália (Jul 43).

Os EUA haviam entrado na guerra em fins de 1941 e em novembro de 1942 fizeram sua primeira intervenção no teatro europeu, desembarcando no norte da África ocupando simultaneamente Argel, Oran e Casablanca. Daí partiram sobre a Tunísia onde os alemães estavam decididos a manter uma cabeça-de-ponte na África.

Os americanos tiveram inicialmente que pagar tributo a sua inexperiência de guerra em alguns insucessos (Faid e Kasserine). Mas em maio de 1943 com a conquista de Tunis e Bizerta já se apresentaram como veteranos.

Sob o código Husky, americanos e ingleses prepararam a invasão da Itália através da Sicília. Para esta operação anfíbia foi organizado o 15º Grupo de Exército sob o comando do general inglês Alexander e constituído pelos VIII Ex Britânico (Montgomery) e VII Ex Americano (Patton).

A 10 de Jul, desembarcaram sem maior oposição, na extremidade sudeste de Sicília, os americanos no golfo de Gela e os britânicos ao sul de Siracusa. Contra-ataques italianos e alemães foram repelidos e a cabeça de ponte foi consolidada.

Na sequência, em curta campanha em que soldados italianos se rendiam em massa, os aliados conquistam a ilha. As três divisões alemães, após oferecerem acentuada resistência, retiraram-se para o continente pelo estreito de Messina.

A 17 de agosto, a 45ª DI americana entrou em Messina consumando a conquista da Sicília. O assalto à Itália continental teve lugar a 3 de setembro. O desembarque principal realizou-se no estreito de Messina sobre Reggio di Calabria.

A 9 de setembro foi tomada a base naval de Taranto.

O governo italiano, que havia destituído e preso Mussolini a 25 de julho, entrou em entendimentos com o comando aliado para uma paz em separado.

Os alemães, em revide, ocuparam a Itália e libertaram Mussolini, que organizou, um governo republicano fascista no norte do país. Na madrugada de 9 de setembro os aliados desembarcaram na praia de Salerno logo ao sul de Nápoles. Encontraram, porém, forte resistência alemã e, somente em 1º de outubro, Nápoles caiu nas mãos dos aliados.

Os alemães organizaram nova linha de defesa no estreitamento da península italiana, aproveitando os cortes do rio Garigliano e Sangro e o terreno montanhoso entre os dois rios, principalmente na região chave de Cassino, onde fica o famoso mosteiro. Novas e violentas lutas barraram a progressão aliada nesta linha. Em janeiro de 1944 os aliados decidiram contornar a posição por um envolvimento anfíbio, desembarcando na praia de Anzio.

Esta força também não conseguiu desembocar na cabeça de ponte e somente em maio foi possível romper o dispositivo alemão e prosseguir sobre Roma que foi ocupada pelos aliados a 4 de junho de 1944.

Os alemães em retirada reorganizaram-se defensivamente nas montanhas ao norte do rio Arno, na chamada Linha Gótica.

Os aliados, agora desfalcados de tropas retiradas para a invasão do sul da França, perderam o ímpeto ofensivo e os alemães, fortemente entrincheirados, resistiram nos Peninos. Nesta ocasião integrou-se nas forças aliadas a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária Brasileira, que foi enquadrada no IV CEx, integrante do V Ex americano.

Os aliados só puderam retomar a ofensiva em fevereiro de 1945 (ofensiva da primavera) em que a Div brasileira destacou-se na tomada de Monte Castelo e Montese. Seguiu-se o aproveitamento do êxito no vale do Pó, desmoronando toda a resistência alemã.

A rendição da Alemanha (8 Maio 45), veio encontrar o V Ex americano na fronteira com a França e Suíça, e o VIII Ex britânico na fronteira da Áustria e Iugoslávia.

d) A Invasão da França (o Dia D).

Os preparativos para a invasão da França tiveram início em 1942. Americanos e ingleses concentraram forças na Inglaterra para invadir o continente europeu. Os preparativos terminaram em maio de 1944 e marcou-se a data da invasão, inicialmente para 5 de junho,

depois transferido para o dia 6 de junho em face das condições meteorológicas é a “Operação Overlord”.

A escolha das praias de desembarque obedeceu ao critério do amplo e eficiente apoio aéreo. As experiências anteriores (Norte da África, Sicília e ilhas do Pacífico) demonstraram a necessidade disto. A mais curta distância entre a Ilha e o continente seria a região Diepe-Calais-Dunkerque, estando os alemães mais fortes neste setor.

A costa da Bretanha e do Golfo da Gasconha já estavam demasiadamente distantes das bases inglesas. As praias da Normandia ofereciam a vantagem da existência de dois portos de primeira classe (Cherburg e Le Havre).

Por outro lado, o rio Sena oferecia uma boa cobertura de flanco contra o grosso alemão desdobrado a Leste deste rio. Foi, portanto, a área de objetivo anfíbio escolhida.

O assalto seria precedido pelo lançamento à retaguarda imediata e à proporção que consolidavam a cabeça de ponte deveriam conquistar o porto de Cherburgo na península logo a oeste das praias de desembarque.

Para os alemães o concito da defesa da chamada fortaleza Europa, havia divergência entre Rundstedt e Rommel.

Enquanto o primeiro determinava a solução clássica de manter fracos elementos de litoral e forte reserva no interior para contra-ataques, Rommel argumentava que a superioridade aérea dos aliados impediria o deslocamento de reservas fortes. Sustentava que a única chance seria a batalha na praia, aproveitando a fraqueza temporária do inimigo por ocasião do desembarque, adotou-se uma solução intermediária que redundou em insucesso.

Os acontecimentos posteriores deram razão a Rommel, pois as reservas alemãs depois do desembarque só puderam se deslocar à noite e assim mesmo por estradas danificadas. Por outro lado, a batalha nas praias exigiria uma pletora de meios que os alemães não dispunham na época.

As operações foram precedidas por um forte bombardeio aero-naval, assegurando a cabeça de praia no dia seguinte e até o dia 12 foram repelidos limitados contra-ataques alemães.

De 13 a 24 de junho a cabeça de ponte foi ampliada até o porto de Cherburgo apenas na frente de Caen os britânicos não progrediram.

Em fim de junho os aliados tinham desembarcado boa parte de sua força ficando a reação dos alemães reduzidas pois imaginavam ser uma finta e que o principal desembarque seria na região de Calais.

A 25 de julho os americanos irromperam em St Lô e abriu caminho para o rio Sena. Em consequência, grandes efetivos alemães ficaram isolados no bolsão de Falaise sendo destruídos. A 25 de agosto os aliados atingem o Sena e liberaram Paris.

A 15 de agosto os aliados desembarcam no sul da França (Toulon-Canes), progredindo para o norte.

Aos alemães só restaram retrain suas forças para suas fronteiras, sendo pressionados na direção de oeste para leste, encontrando a partir daí forte resistência germânica.

Numa tentativa de rompimento ao norte Montgomery planeja uma operação aero-terrestre (Operação Market Gardem), numa tentativa de impor velocidade para a conquista de sucessivas pontes que liberassem o caminho para Berlim não conseguindo o seu intento.

Em 26 de dezembro de 1944, os alemães surpreendentemente lançam uma forte contraofensiva nas Ardenas que, durante o fim do ano, põe em cheque todo o dispositivo aliado. Foi o último alento dos alemães na frente ocidental, pois, esgotadas suas reservas passaram a defensiva com os russos se aproximando por leste.

De setembro de 1944 a março de 1945 os aliados realizaram um bombardeio estratégico sobre áreas na Alemanha com intuito de aniquilar a vontade germânica de prosseguir no conflito, selecionando alvos de interesse estratégico.

Em fevereiro de 1945 os aliados lançaram sua ofensiva final, conquistando os americanos estabelecem uma cabeça de ponte no Reno estabelecendo-se contato com os soviéticos em Torgau no rio Elba com os russos tomando posse de Berlim a 8 de maio de 1945 tendo Hitler se suicidado.

No prosseguimento do ano de 1945 no Extremo Oriente, no Teatro de Operações do Pacífico, bombardeios estratégicos foram realizados pelos EUA contra os japoneses em virtude da tenacidade com que os nipônicos defendiam o território continental do Japão, causando um número de baixas extraordinárias levando o Presidente Truman a tomar a decisão estratégica do emprego da arma nuclear com a consequente rendição do Japão em agosto de 1945.

Consequências

Segundo Philippe Masson a geopolítica global nunca mais foi a mesma depois da Segunda Guerra Mundial mais que a Grande Guerra (1914-1918) a guerra de 1939-1945 merece ser chamada de mundial e global. Isso porque mobilizou a totalidade das forças morais e físicas dos beligerantes, provocando o desenvolvimento de sistemas de propaganda e de economia de guerra num nível jamais alcançado antes.

Além disso, as operações aconteceram em cenários variados – Europa, norte da África, Oriente Próximo, Oriente Médio, Extremo Oriente, Sudeste Asiático, Oceania, Atlântico e Pacífico, exigindo novos sistemas de armas, modificando o emprego tático e estratégico das operações.

Esse conflito “fora das normas” também foi absoluto, não somente pela extensão dos

massacres, pelo emprego dos meios de destruição em massa ou pelo desencadeamento das paixões, mas também pelo seu desfecho com a capitulação total dos vencidos.

6. AS GUERRAS NA GUERRA FRIA

a. Indochina (1961-1975)

(1945-1954) Foi a sequência do conflito (1946-1954) entre a França, a qual dominava a Indochina após a Segunda Guerra Mundial, e a Liga para a Independência do Vietnã, comandada pelo líder revolucionário Ho Chi Minh.

Tendo emergido como o grupo nacionalista mais forte que lutou na ocupação japonesa da Indochina francesa durante a Segunda Guerra Mundial, a liga estava determinada a resistir ao domínio colonialista francês e implantar mudanças sociais e políticas.

Seguindo a rendição japonesa para os Aliados em agosto de 1945, as guerrilhas Vietminh tomaram a capital Hanói e forçaram a abdicação do Imperador Bao Daí.

A 2 de setembro eles declararam a independência do Vietnã e anunciaram a criação da República Democrática do Vietnã, chamado de Vietnã do Norte, tendo Ho Chi Minh como presidente.

A França reconheceu oficialmente o novo Estado, porém a sequência de desentendimentos políticos e econômicos levou a um conflito armado entre o Vietnã do Norte e a França no começo de dezembro de 1946.

Com o apoio francês, Bao Daí organizou o Estado do Vietnã, chamado de Vietnã do Sul, no dia primeiro de julho de 1949, estabelecendo sua capital na cidade de Saigon (a atual cidade de Ho Chi Minh). Durante os próximos anos, os EUA reconheceram oficialmente o governo de Saigon, bem como o ajudaram.

O presidente Harry S. Truman mandou um grupo de assistência militar para treinar os Sul-Vietnamitas no manuseio das armas americanas. Enquanto isso, França e o Vietminh estavam construindo suas forças.

A batalha decisiva aconteceu na primavera de 1954, o Vietminh atacou o forte francês de Dien Bien Phu no norte do Vietnã. Graças a uma estratégia militar brilhante liderada por Ho Chi Minh, dia 8 de maio de 1954 após 55 dias de cerco os franceses renderam-se.

No mesmo dia, delegações do Vietnã do Sul e do Norte encontraram-se com delegações da França, Inglaterra, União Soviética, EUA, China Comunista e os outros dois Estados indochineses: Laos e Cambodia na cidade de Gênova para discutir o futuro da Indochina. Foi feito um acordo o qual dividia o Vietnã temporariamente em dois Estados. Acima do paralelo 17, o Norte seria governado pelos comunistas e ao sul do paralelo seria comandado pelos capitalistas. O acordo estipulava eleições para a reunificação do país,

as quais se dariam em 1956.

Em 24 de outubro de 1954, o presidente americano Dwight D. Eisenhower ofereceu apoio econômico direto ao Vietnã do Sul. Foram mandados destacamentos de treinamento militar para as tropas do Sul em fevereiro de 1955.

O suporte americano para o governo vietnamita sulino continuou mesmo após Bao Daí Ter sido deposto em 23 de outubro de 1955, sendo criada uma república no Sul, com Ngo Dinh Diem como presidente.

Um dos primeiros atos de Diem foi anunciar que o seu governo recusaria as eleições bem como o direito dos Norte-Vietnamitas de expressarem seus direitos, alegando que haveria fraude por parte dos nortistas (embora Diem e outros oficiais sulinos fossem acusados de práticas eleitorais fraudulentas).

A recusa pelas eleições preestabelecidas se dá pelo fato de que o Sul não estava preparado para enfrentar o Norte. Apesar dos EUA terem ajudado financeiramente, faltou organização política sólida, manutenção do país em si, pois não adianta fornecer poucas condições hoje e elas faltarem amanhã.

Não foi possível criar uma estrutura forte com a ajuda dada pelos EUA. O Sul não necessitava de táticas ou equipamentos militares, mas sim de uma organização político-econômica auto-sustentável. Não se conserta um país fornecendo uma quantia específica de dinheiro, pois esse montante acabará e os inúmeros problemas estarão proliferando.

O Sul não aceitou o prazo das eleições porque ele não tinha a mínima chance de vitória. Os EUA não aceitaram e desde 1955, prepararam os Sul-Vietnamitas para um confronto armado.

Os Norte-Vietnamitas atacaram instalações militares americanas no Sul, usando o método de guerrilhas. Chamados de Vietcongs, os Norte-Vietnamitas estavam completamente certos, pois o Sul não cumpriu com sua parte no acordo e nem os EUA. A única forma de acabar com a arrogância americana foi com ataques às suas bases militares. Os americanos são muitíssimos prepotentes, pensam que podem fazer o que querem com qualquer um, pensam que são os donos do mundo. Enganam-se... Os ataques foram intensificados em 1960, o ano em que o Vietnã do Norte proclamou a intenção de "liberar o Vietnã do Sul do domínio imperialista americano." Os Vietcongs estavam sendo comandados por Hanói. Para mostrar que o movimento da guerrilha era independente, os Vietcongs estabeleceram sua própria política, conhecida como Frente de Liberação Nacional (FLN), com seu centro de operações em Hanói.

O presidente John F. Kennedy, em dezembro de 1961, enviou a primeira tropa americana, constituída por 400 soldados, a qual chegou a Saigon, com o objetivo de operar duas companhias de helicóptero. Contudo, a hipocrisia americana atingiu o ponto de declarar

que essa tropa não era uma unidade de combate.

Em 1 de novembro de 1963, o regime de Diem foi deposto com um golpe militar. Diem e seu irmão Ngo Dinh Nhu, foram executados. As circunstâncias em volta do golpe não foram explicadas claramente na época. No verão de 1971, contudo, com a publicação de um documento secreto do Pentágono sobre a Guerra, foi revelado que o golpe seria iminente e os EUA estavam preparados para proverem um governo sucessor. O governo substituto foi um conselho revolucionário liderado pelo Brigadeiro General Doung Van Minh. Seguiu-se uma série de outros golpes, após o regime de Diem, Vietnã do Sul teve 10 diferentes governos em um prazo de 18 meses. Nenhum deles foi capaz de suportar efetivamente a situação militar do país. Um conselho militar sob o comando dos Generais Nguyen Van Thieu e Nguyen Cao Ky foi finalmente criado em 1965, o qual restaurou a ordem política básica. Mais tarde, em setembro de 1967, eleições foram suspensas e Thieu tornou-se presidente do Vietnã do Sul.

Diferente das guerras convencionais, a Guerra do Vietnã não teve "Front" (frente de combate) definido. Usaram-se estratégias de guerrilha, como o movimento "hit and run" (atacar e correr), buscando refúgio na floresta.

No começo de 1960, os Vietcongs infiltraram-se no Sul pela "Trilha de Ho Chi Minh", a qual abastecia as tropas nortistas espalhadas pelo país com suprimentos vindos da China e da URSS. A Guerra se iniciou com o ataque de torpedos Norte-Vietnamitas contra dois destróieres americanos no Golfo de Tonkin.

Em 7 de agosto, o senado americano autorizou um envolvimento militar maior e o presidente Lyndon B. Johnson ordenou que jatos fossem mandados para o Vietnã do Sul e fortes bombardeios no Vietnã do Norte foram iniciados.

De 1964 a 1968 o General William C. Westmoreland foi o comandante das forças americanas no Vietnã do Sul; ele foi substituído em 1968 pelo General Creighton Abrams. Em fevereiro de 1965, aviões americanos começaram bombardeios regulares com alvos no Vietnã do Norte. Foram cancelados em maio, na esperança de iniciarem um acordo de paz, todavia o Vietnã do Norte recusou todas as negociações. Os bombardeios recomeçaram.

Em 6 de março de 1965, uma brigada de "Marines" (Fuzileiros Navais) chegou a Da Nang, sul da zona desmilitarizada (ZDM). As forças americanas atingiam o número de 27.000 soldados. Até o fim do ano, seriam 200.000.

De fevereiro de 1965 até o fim do envolvimento americano em 1973, as tropas do Vietnã do Sul lutaram principalmente contra a Guerrilha Vietcong, enquanto os EUA e as tropas aliadas enfrentaram os Norte-Vietnamitas em uma Guerra violenta feita em lugares como: o Vale de Dang, Dak To, Loc Ninh e Khe Sanh - todas as vitórias dos capitalistas.

Durante a campanha de 1967-1968, o estrategista Norte-Vietnamita Vo Nguyen Giap lançou a famosa Ofensiva Tet (devido ao ano novo lunar vietnamita, em meados de fevereiro): uma série de ataques maciços em mais de 100 alvos urbanos.

Mesmo tendo um efeito psicológico devastador, a campanha a qual Giap esperava ser decisiva, falhou, forçando o recuo de muitas posições que os Norte-Vietnamitas haviam ganhado. Foram mortos 85.000 Vietcongs.

Apesar da vitória aparente dos norte-americanos, a opinião pública dentro dos EUA era de que estavam lutando por uma Guerra a qual os americanos nunca ganhariam. Em 31 de março de 1968, o Presidente Johnson anunciou um corte nos bombardeios no Vietnã do Norte, com o objetivo de uma nova postura pacífica.

Houve uma resposta positiva de Hanói, e em maio, tratados de paz entre o Vietnã do Norte e os EUA começaram a tomar forma em Paris. Com o passar do tempo, os tratados se expandiam para incluir o Vietnã do Sul e a FLN Vietcong. Porém, nenhum tratado resultou em paz, todavia os bombardeios ao norte do Vietnã foram completamente suspensos em novembro.

Em 1969, o Presidente Richard M. Nixon, anunciou a retirada de 25.000 tropas americanas do Vietnã até agosto de 1969. Outro corte de 65.000 tropas foi ordenado no final do ano. O programa chamado de "vietnamização da guerra", foi efetivo. Com isso, o Presidente Nixon enfatizava uma responsabilidade maior dos Sul-Vietnamitas.

Contudo nem a redução de tropas americanas ou a morte de Presidente Ho Chi Minh, em 3 de setembro de 1969, foi capaz de por um ponto final na guerra. Os Vietcongs queriam a completa retirada das tropas americanas do sul, como condição de paz.

Em abril de 1970, tropas de combate americanas entraram no Camboja, ficando lá somente 3 meses, porém os ataques aéreos no Vietnã do Norte, recomeçaram com força dobrada.

Em 1971, as forças Sul-Vietnamitas tinham um importante papel na Guerra, pois lutavam em vários "Fronts": Camboja, Laos e no Vietnã do Sul.

Com o passar dos meses de 1971, a retirada dos americanos continuou. Ela coincidiu com uma nova estruturação do exército Norte-Vietnamita, pois estavam planejando uma intensificação nos movimentos da Trilha Ho Chi Minh no Laos e no Camboja.

Ataques aéreos americanos no setor da Indochina foram maciçamente reforçados. Na terra, as forças vietnamitas comunistas lançaram ataques efetivos contra as forças do governo no Vietnã do Sul, no Camboja e no Laos.

Em 1971, as baixas americanas diminuíram significativamente para 1.380 soldados, comparadas com os 4.221 mortos em 1970. Por outro lado, as tropas de Saigon sofreram 21.500 baixas: muitos no Camboja e no Laos, contudo a grande maioria sucumbiu no

Vietnã do Sul. Os sulinos tiveram 97.000 mortos em 1971.

Movimentos de paz cresciam dentro dos EUA. Houve muita controvérsia sobre o envolvimento americano na Guerra, levantando manifestações e passeatas em prol da paz.

Esses movimentos foram acelerados com a publicação de algumas atrocidades cometidas pelos americanos na Guerra. A qual teve maior repercussão foi a do Massacre de My Lai, em 1968. A companhia C, Primeiro Batalhão, Vigésima Infantaria, Décima Primeira Brigada, divisão americana, fuzilou 347 civis desarmados, os quais figuram na grande maioria crianças, mulheres e idosos, na vila de My Lai.

Cinco soldados foram a corte marcial. O tenente William L. Calley foi responsabilizado pelo ocorrido, sendo julgado culpado por um júri militar em setembro de 1971.

Em 30 de março de 1972, os Vietcongs lançaram um ataque fulminante na ZDM da província de Quang Tri.

Em 8 de maio de 1972, o Presidente Nixon ordenou que minassem os portos do Vietnã do Norte, principalmente o porto de Haiphong, com a finalidade de destruir a rota dos suprimentos, enviados pelos aliados comunistas.

O sistema de transporte nortista também foi atacado, especialmente os trilhos de trem, causando sérios problemas econômicos. A cidade de Quang Tri foi ocupada pelos capitalistas dia 15 de setembro, após 4 meses de ocupação comunista.

Nixon ordenou ataques mais violentos e o uso dos bombardeiros B-52 foi intensificado, sendo realizados ataques 24 horas por dia.

Na noite de 23 de janeiro de 1973, o Presidente Nixon anunciou em cadeia nacional a viabilidade de todos os termos formais para um cessar fogo.

Em 27 de janeiro, em Paris, delegações representando o Vietnã do Sul e do Norte, os EUA e o e o Governo Comunista Provisório do Vietnã do Sul assinaram um acordo acabando com a Guerra e restaurando a paz no Vietnã.

O cessar fogo oficialmente teve efeito dia 28 de janeiro.

No final de maio de 1973, todas as tropas americanas foram retiradas. Embora o Presidente Nixon tenha aparentemente assegurado ao governo de Thieu que forças americanas manteriam apoio em um eventual rompimento do acordo de paz. Futuras assistências ao Sul ficaram politicamente impossíveis. Uma das razões para isso foi o escândalo de "Watergate".

Dia 30 de abril de 1975, a capital Saigon foi capturada e a República do Vietnã rendeu-se incondicionalmente para o Governo Provisório Revolucionário.

O uso intensivo de Napalm (bomba incendiária) matou milhares de civis. O emprego de desfolhantes, como o agente laranja, além de acabar com a vida humana, destruiu o

meio ambiente de um país essencialmente agrícola. Vietnã foi vastamente destruído.

Resultados da Guerra: 2 milhões de vietnamitas foram mortos, 3 milhões de feridos e inválidos, e centenas de milhares de crianças órfãos. Além dos 12 milhões de refugiados. Baixas americanas: 57.685 KIAs (mortos), 153.303 feridos e inválidos, 587 POWs (prisioneiros de guerra) e 2.500 MIAs - soldados perdidos em ação.

A Guerra do Vietnã foi a primeira guerra televisionada em toda sua brutalidade. Esse foi um dos fatores contribuintes para a horrenda "fama" da Guerra do Vietnã.

b. Árabe-Israelenses (1948-2000)

Introdução

A geopolítica do Oriente Médio torna-se significativa ao Ocidente a partir do final do século XIX em virtude da revolução energética, consolidada na valorização econômica do petróleo e na dependência desta matriz energética. No campo psicossocial, as questões de fé e identidade cultural envolveram e envolvem nações inteiras daquela região em abordagens relevantes, tendo tanto o Islã quanto o Judaísmo ideias-força de enorme teor de mobilização.

A era moderna, projetando o poder ocidental, expandiu o Estado nacional moderno e o peso do emergente capitalismo europeu se fez sentir nas regiões islâmicas, agregando ao desenho de suas sociedades a estrutura do estado moderno centralizado e a ideologia nacionalista.

A ascensão do Estado-Nação nos países árabes caracterizou-se por um intenso debate sobre as opções a serem adotadas pelas novas nações. No caso do Oriente Médio, assim como nas regiões onde o islã é adotado, não há separação da religião e da política. Portanto, um Estado islâmico seria aquele onde Igreja e Estado estão unidos.

Porém, com as derrotas e imposições coloniais realizadas pelas potências europeias, diversos intelectuais, militares e outras figuras do mundo muçulmano passaram a advogar a adoção de um Estado Laico nos moldes ocidentais, visando modernizar seus países, vendo no nacionalismo laico o caminho para o progresso e a não-dependência frente às potências mundiais. Os casos de Turquia, Egito, Síria e Iraque são demonstrações da laicização em seus Estados.

O nacionalismo laico foi adotado na Turquia ao final da Primeira Guerra Mundial, com o fim do Império Turco-Otomano. Com o desmembramento do império, logo surgiu o Movimento Nacional Turco, que desejava se livrar das consequências da derrota e recuperar a soberania sobre seu território. Esse movimento esteve sob a liderança de Mustafá Kemal Atatürk, que conduziu as campanhas na Guerra de Independência da

Turquia, batendo armênios, franceses e gregos e conquistando a emancipação do país, que se tornou a República da Turquia.

A nação fundada por Atatürk tinha um forte componente secular, e sofreu uma série de reformas, que visavam gerar um novo Estado na região. A fundação da República e a transformação da Grande Assembleia Nacional Turca em Parlamento vieram a acabar com o califado, que havia surgido com o fim do sultanato, com a derrota na guerra. As reformas se deram em todos os campos da vida na Turquia. Atatürk trabalhou sem descansar e conduziu o projeto de modernização junto com o seu recém-fundado partido, o Partido Republicano do Povo, que se guiava pela ideologia de Atatürk, composta de seis ideais e chamada “Seis Flechas” ou “kemalismo”: republicanismo, nacionalismo, populismo, estadismo, secularismo e o revolucionarismo.

O Oriente Médio estava basicamente dividido entre França e Grã-Bretanha, que passaram a controlar a região segundo mandatos concedidos pela Liga das Nações após a dissolução do Império Otomano, ao fim da Primeira Guerra Mundial. A área controlada pela Grã-Bretanha era o Mandato Britânico para a Palestina e a Transjordânia, que desde a década de 1880 tornou-se uma área problemática, com a constante migração judaica.

No caso do judaísmo, as comunidades espalhadas ao redor do mundo mantiveram os vínculos religiosos e culturais, apesar das influências locais específicas, firmando sua identidade essencial. A ideologia nacionalista do século XIX na Europa foi recepcionada por meio do Movimento Sionista, representativamente exponenciada pelo judeu-húngaro Theodor Herzl (1860-1904). Seu cerne era o estabelecimento de um Estado Judaico na Palestina, protegendo-se do anti-semitismo europeu, cujo auge ocorreu no Holocausto promovido pelos nazistas na 2ª GM, provocando forte migração para a palestina e o estabelecimento de uma Resolução da ONU para a Partilha da Palestina. Os planos de descolonização levavam em consideração a criação de nações árabes, porém, sem perder a influência sobre elas. Diversas questões estavam em jogo, sendo a mais importante a questão do petróleo, devido ao consumo cada vez maior desse recurso pelas potências mundiais. Durante a Segunda Guerra, ferozes batalhas ocorreram na África do Norte entre o Eixo e os Aliados, pelo controle do Oriente Médio, e consequentemente, dos recursos da região.

À época, a Palestina era administrada pelos britânicos em função do colapso do Império turco-otomano decorrente da derrota na 1ª GM.

As legitimizações da ocupação da Palestina encontram argumentação histórica e religiosa para ambos os contendores, todavia esta arena torna-se um complicador do entendimento do problema, ao invés de auxiliar a solucioná-lo.

O plano da ONU para a região previa a criação de um Estado Palestino, porém com o

cenário dado após a criação do Estado de Israel, tal demanda não se processou até os dias atuais, com sucessivas crises regionais, que causam instabilidade e trespasam fronteiras, deixando em permanente tensão tal região, de grande importância estratégica na conjuntura atual.

De 1948 a 1966

Em 1948, a sequência de acontecimentos posterior à 2ª GM e seus desdobramentos ditava os aspectos estratégicos e geopolíticos. O desentendimento entre aliados ocidentais e soviéticos sobre a Alemanha aumentou a tensão internacional.

A Doutrina Truman, estabelecendo as regras gerais da política externa Norte-Americana, guiava os procedimentos contra a expansão comunista, caracterizando o que se convencionou chamar de “Guerra Fria”, embate ideológico permeado de tensões derivadas da dissuasão nuclear e dividindo o espaço geográfico global em dois pólos, os chamados “mundo livre” e a “cortina de ferro”.

Duas questões importantes deste período e com reflexos nas Relações Internacionais foram a participação dos EUA na Guerra da Coreia e seu apoio à proposta da ONU de “Partilha da Palestina”.

Uma das principais questões responsáveis pela instabilidade política no Oriente Médio foi a criação do Estado de Israel, em 1948. A ocupação do território por diversos povos e etnias criou sempre questões problemáticas, aumentadas pelo caráter religioso, pois na Palestina encontram-se cidades e relíquias sagradas das três religiões mundiais: cristianismo, islamismo e judaísmo.

Em 1948, a terra era administrada pela Grã-Bretanha, que havia recebido um Mandato de Administração da Liga das Nações ao final da Primeira Guerra Mundial, devido à dissolução do Império Otomano. Os britânicos tiveram sérios problemas com o fluxo cada vez maior de judeus, e a presença judia na Palestina, que se valia de contatos no exterior como a Federação Sionista, em Londres, para ter o apoio para a criação de um “Lar Nacional Judeu”, ideia nascida dos escritos de Theodor Herzl, pensador que defendia um Estado Judeu.

Tal pressão resultou na Declaração de Balfour, em 1916, onde o Secretário de Assuntos Exteriores do governo britânico, Arthur Balfour, declarava que a criação do Lar Nacional Judeu era vista favoravelmente pelos britânicos, desde que não prejudicasse os direitos civis e religiosos dos povos que viviam na região.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a pressão pela descolonização, a Grã-Bretanha iria se retirar da Palestina, assim que terminasse o Mandato. Os países árabes não aceitavam a resolução da ONU que partilhava a região e criava dois Estados, um

palestino e um judeu, além de transformar Jerusalém em uma cidade neutra. A retirada britânica apresentava um cenário pronto para a guerra.

Em fevereiro de 1948 a Grã-Bretanha apoiou a anexação da Palestina pela Transjordânia, que havia se tornado independente em 1946. Para os judeus não havia opção pior. Sua liderança, encabeçada por David Ben Gurion, político pragmático que chefiava com habilidade o processo judeu, viu que deveria recorrer à guerra para conseguir garantir um futuro aos judeus na região.

A violência entre as duas comunidades explodiu e a Grã-Bretanha declarou-se incapaz de mediar os conflitos e antecipou sua retirada para abril de 1948.

Os combates estouraram em 14 de maio de 1948, com a declaração de independência de Israel. No dia seguinte, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria, forças palestinas e o Exército Árabe de Libertação invadiram o território delimitado para ser o Estado Judeu, a partir do território delimitado para ser o Estado Palestino.

Com grande capacidade, os judeus conseguiram armas, equipamentos e desdobraram um efetivo em combate que suplantou os exércitos árabes, que tinham treinamento precário e equipamentos defasados. Em 20 de julho de 1949, cessaram as hostilidades. Os israelenses buscaram negociar os armistícios com os árabes sempre em separado, evitando a coesão dos árabes.

A vitória e criação de Israel resultaram em grandes tensões na região, com a violência se mantendo constante. De um lado, os países árabes não aceitavam o Estado Judeu enquanto que, de outro, os israelenses não visavam tanto negociar, por achar que tinham pouco a oferecer e por ainda se sentirem confiantes pela vitória que tinham obtido sobre os inimigos.

As linhas desmilitarizadas demarcadas pelos armistícios não eram reconhecidas como fronteiras, tanto pela recusa árabe em aceitar a derrota quando pela visão dos políticos israelenses de buscar a expansão territorial. Porém, no caso de Israel, o primeiro-ministro Ben Gurion tinha plena noção que era necessário povoar as áreas conquistadas para mantê-las.

A vitória de 1948 causou um profundo impacto na autoestima do povo judeu. Após um histórico de anos de perseguições e ainda o trauma maior do Holocausto, o povo judeu havia obtido algo sem precedentes e obteve um território para uma nação judia. Assim, as migrações de judeus de outras áreas para Israel aumentaram, e o governo incentivou bastante tais movimentos, dentro das necessidades preconizadas por Ben Gurion.

A intensa migração deu certo, e a população de Israel aumentou rapidamente, mais que dobrando de tamanho entre 1948 e 1958, sendo necessário abrigar colonos recém-chegados em “cidades-tenda”, tal era a vaga migratória.

A vitória final israelense refletiu o equilíbrio militar no campo de batalha, não necessariamente representando o mito oficializado por Israel do “Davi versus Golias”, tendo inclusive Israel recebido armas da Tchecoslováquia.

As maiores vítimas da Guerra de Independência foram os palestinos que, como os judeus na Antiguidade, passaram a viver sua própria diáspora.

A falta de paz manteve-se. Durante toda a década de 1950, militantes árabes, principalmente palestinos que haviam sido expulsos ou fugiram de suas casas em 1948, passaram a atacar Israel, causando destruição e mortes, gerando um desgaste a essa época. As ações demonstravam a criação de uma resistência palestina, independente dos países árabes.

No Egito, uma guerra de guerrilhas é empreendida principalmente pela Irmandade Muçulmana contra as tropas inglesas, que conseguem reagir e enfraquecer o movimento. Em meio a um quadro de caos, a monarquia é deposta em 1952 pelo Movimento dos Oficiais Livres, liderados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército Egípcio, General Naguib, que contava entre os conspiradores, os tenentes-coronéis Gamal Abdel Nasser e Anwar Sadat.

A Revolução de 1952 é conduzida por oficiais do Exército que tinham um sério projeto de país. Desejavam libertar-se da influência britânica, afirmar o Egito como potência nacional, e para isso visaram modernizar o país. O maior dos projetos e que acabou se tornando símbolo da revolução foi a Represa de Assua, que pretendia suprir a demanda energética egípcia, que era deficitária. A esse ponto, o General Naguib, que havia se tornado presidente, tentou concentrar poder e é deposto por Gamal Abdel Nasser, articulador da queda da monarquia, que se torna presidente e líder máximo revolucionário. Ele buscou empreender reformas e a projeção do Egito no mundo, ligando tais iniciativas a sua figura, criando o “nasserismo”.

O Egito revolucionário também deseja ser a liderança do mundo islâmico e logo no Cairo foi instalado o quartel-general da Liga Árabe, e o país se tornou um centro de propaganda pan-árabe, e não pan-islâmica, devido ao caráter laico da revolução. Grande ajuda será dada aos chefes guerrilheiros da África do Norte, que lutavam pela independência, especialmente a Frente de Libertação Nacional da Argélia, que travava luta contra os franceses.

O passo seguinte foi a intensa atividade diplomática com outras nações do Terceiro Mundo, resultando na criação do Movimento dos Países Não-Alinhados. Nasser conseguiu se erguer como uma importante liderança no mundo árabe com essa medida, especialmente depois da Conferência de Bandung (1955), e partidos de outros países árabes começaram a se espelhar nas políticas nasseristas visando à modernização de

suas próprias nações.

Nasser, então, viu-se privado de recursos americanos, tanto econômicos quanto militares e fechou uma compra de armas com a Tchecoslováquia, para reequipar as Forças Armadas egípcias, que haviam sofrido baixas e perdas na guerra de 1948. Para recuperar recursos, conduziu uma jogada política perigosa: nacionalizou o Canal de Suez e logo deflagrou uma guerra com a Inglaterra, França e Israel, que invadiram o Egito e assumiram o controle da Península do Sinai e do Canal.

A ONU repudiou a invasão, bem como Estados Unidos e União Soviética, e foi aprovada resolução exigindo a retirada imediata das forças invasoras do território egípcio, desta forma Nasser conseguiu pela diplomacia a vitória que não lhe viria militarmente, pois suas forças estavam sendo vencidas pelos aliados anglo-franco-israelenses. A ONU enviou a Força de Emergência das Nações Unidas (FENU ou UNEF, em inglês), em 1956, composta por tropas de dez países, incluindo o Brasil, que enviou soldados e dois dos comandantes da missão, generais Carlos Paiva Charles e Syseno Sarmento.

A ação da ONU e a retirada dos invasores foram fatos utilizados por Nasser como uma vitória sua e assim ela foi vista no mundo árabe. O estímulo ao pan-arabismo cresceu e o Estado avançou em todos os setores, nacionalizando bancos e empresas estrangeiras, estabelecendo um controle total estatal no campo econômico.

O nasserismo começa a ser marginalizado pelas potências ocidentais, em especial os EUA, e Nasser buscou apoio na URSS. Não interessava às potências ocidentais um país cuja filosofia política condenava o colonialismo, a espoliação e as ações arbitrárias realizadas principalmente pelos europeus. O declínio se dá após a fragorosa derrota na Guerra dos Seis Dias, quando Israel esmagou os exércitos egípcios com velocidade e habilidade ímpar. Nasser ameaça renunciar, mas o clamor popular o garante na presidência até sua morte em 1970.

Em 1959, Yasser Arafat, palestino, criou um grupo guerrilheiro chamado “Al Fatah” (Luta), a fim de realizar ataques contra Israel, e em 196 é criada a Organização para Libertação da palestina (OLP), coordenando do exílio as ações contra Israel e para estabelecimento de um Estado palestino.

De 1967 a 1972

Em 1967, ataques guerrilheiros contra Israel, gerando contra-ataques em bases de guerrilha em países árabes, pareciam indicar o início de um grande conflito. Nasser enviou tropas para o Sinai, ordenou que as tropas da ONU deixassem o Canal de Suez, desencadeando um ataque preventivo de Israel contra o Egito e seus aliados, dando origem à “Guerra dos Seis Dias”.

Iniciada com um ataque aéreo israelense que obteve a supremacia aérea contra os adversários, prosseguiu com largo emprego de blindados derrotando os egípcios no Sinai, repelindo ofensiva jordaniana e vencendo os sírios nas colinas de Golã. Contudo, esta conquista e a ocupação da Cisjordânia não estavam entre os objetivos iniciais, surgindo a proposta de um acordo de paz com o Egito e a Síria desde que fossem garantidas a liberdade de navegação no estreito de Tiran e no canal de Suez; a desmilitarização da península do Sinai e das colinas de Golã e a não-interferência no escoamento das águas das nascentes do Jordão. As propostas foram rejeitadas pela reunião de cúpula árabe, aprovando a resolução dos “três não”; Não reconhecimento de Israel, não à negociação de paz e não à paz, contribuindo para que os expansionistas do “Grande Israel” ganhassem força. Em novembro de 1967 a ONU votou a resolução 242, que pedia a retirada de Israel dos territórios ocupados. A Cisjordânia e a Faixa de Gaza permaneceram ocupadas e receberam vários assentamentos judaicos, numa anexação de fato dos territórios palestinos.

De 1973 a 1979

O governo de Golda Meir (1969-1974) caracterizou-se por um imobilismo autoconfiante, rompido pelo ataque surpresa árabe em outubro de 1973 durante os festejos do Yom Kippur (dia do perdão).

O Egito promoveu uma guerra de atrito, com bombardeios, artilharia e ataques terrestres seguidos de rápidas retiradas. Durante este período, Israel começou a construção de um pequeno arsenal nuclear. Desta forma, abordando a estratégia dissuasória nuclear, Israel se tona peça fundamental no tabuleiro da Guerra Fria, contrabalançando o apoio soviético aos países árabes da região e angariando apoio crescente dos Estados Unidos. Apesar de propostas de acordos de paz elaboradas pelos EUA com base na resolução 242 da ONU, os estrategistas israelenses não cederam a sacrificar a sobrevivência de Israel a projetos de poder diversos.

Neste momento se confrontavam as visões geopolíticas dos países do entorno sobre a questão palestina.

O ataque surpresa, desfechado pelas tropas egípcias e sírias, apesar de ser quase impossível derrotar as Forças de Defesa de Israel (FDI), poderia criar condições políticas de obrigar os israelenses a sentarem-se para negociar.

Após os sucessos iniciais, a contra-ofensiva israelense conseguiu abrir caminho para a Síria, até que uma intervenção americana e soviética, preocupados com a generalização do conflito, levou a negociações de paz.

No campo político, os americanos viram a necessidade de maior envolvimento e

aproximação com os árabes nas negociações, firmando-se os acordos de desocupação egípcio-israelense, sírio-israelense e a divisão do canal em três zonas (Israel, Egito e ONU). Em 1978 assinou-se um acordo de paz entre Israel e Egito, sepultando o pan-arabismo e a herança política de Nasser, mas abrindo-se os caminhos do fundamentalismo do Hamas e da Jihad.

De 1980 a 2000

Na década de 80, a Intifada (levante, rebelião, em árabe) mostrou que distúrbios generalizados em áreas urbanas podiam desarticular a superioridade bélica israelense, minando sua capacidade de proporcionar segurança para sua população.

A OLP começou a adotar atitudes diplomáticas, mas as milícias islâmicas continuavam a usar a violência.

Após o fim da Guerra Fria e a invasão do Kuwait, os EUA mediarum um acordo entre palestinos e israelenses, com um acordo de paz assinado na Casa Branca em 1993, prevendo entrega de territórios e a criação da ANP (Autoridade Nacional Palestina), mas nova Intifada ocorreu em 2000, com violenta reação israelense.

A nova invasão do Iraque em 2003 e a morte de Arafat abriram caminho para novas negociações, com pressão dos EUA para Israel desocupar a Faixa de Gaza.

A estratégia envolvida desde o surgimento do sionismo previa a dificuldade da voluntária negação dos palestinos à sua autonomia nacional. Assim sendo, passou pelo fortalecimento militar de Israel para pressionar os palestinos diante de sua fragilidade. Entretanto, a Guerra dos Seis Dias provou que mesmo o poderio militar e as conquistas territoriais israelenses não conseguiram manter a paz. No campo econômico, a crise do petróleo desencadeada pela OPEP e a opção pelas ações não-convencionais mostraram-se opções de contrapor-se ao poderio militar superior.

A questão do Oriente Médio, gerada em parte pelas arriscadas estratégias da Guerra Fria para a região, traz a tona hoje em dia os problemas do fundamentalismo islâmico, o qual ampliou a área geográfica de suas ações, em particular após o 11 de setembro, sendo a estabilidade regional fundamental para a contenção desta expansão.

O emprego do Poder Aéreo de forma estratégica abriu novas perspectivas no campo militar, em exemplos seguidos posteriormente como nas campanhas militares no Iraque. A falha de ambas as opções, política e militar, para a resolução dos conflitos árabe-israelense, é um paradigma estratégico que ainda carece de perspectivas e ações para uma tentativa de estabilização regional e em consequência fim das tensões internacionais decorrentes.

c. Afeganistão (1979-1989)

Em 27 de dezembro de 1979, tropas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entraram no Afeganistão, para defender o governo marxista local, que enfrentava uma grave crise de legitimidade e o surgimento de insurgências no interior do país. Além disso, o Afeganistão tinha grande influência soviética desde os anos 1940.

A comunidade internacional não aceitou a ação soviética e respostas em diversos campos foram dados. No militar, os soviéticos enfrentaram uma brutal campanha contra movimentos de guerrilha islâmicos apoiados por países da região e os Estados Unidos da América (EUA).

A primeira fase da campanha soviética se dirigiu na consecução de objetivos, sendo o principal a conquista de Cabul, a capital afegã. O avanço das colunas se deu com grande rapidez, pois os soviéticos tinham crença de que prestariam apenas apoio às tropas do regime afegão. Mas sua entrada precipitou o fim da capacidade combativa do regime afegão, que passou a ser praticamente defendido pelas tropas da URSS.

Os insurgentes ganharam força frente aos olhos da população e entre 1980 e 1985, os soviéticos enfrentaram uma brutal guerra na qual dominam grande parte das cidades afegãs enquanto a insurgência dominava as zonas rurais. Os soviéticos usaram toda a gama de recursos que possuíam, desde unidades de Operações Especiais, como os *Spetsnaz*, passando por uso de helicópteros de ataque pesados, até blindados e artilharia. O pico de efetivo militar soviético se deu em 1985, com 115 mil homens em uma fase da campanha especialmente sangrenta para estes, com grandes perdas. Foi o ano mais sangrento da guerra, e no qual os soviéticos passaram a se valer de intimidação, propaganda, subornos junto ao uso da ação de choque, massivas barragens de artilharia e bombardeios para quebrar a vontade dos combatentes afegãos.

Cidades e vilas foram completamente arrasadas, enquanto os comboios soviéticos eram impiedosamente emboscados pelos guerrilheiros afegãos, em especial os *mujahidin* (“guerreiros santos”), combatentes que guerreavam por uma visão de mundo baseada no fundamentalismo islâmico. Estes movimentos acabariam se tornando grupos terroristas como o Talibã (“Os estudantes”) e a Al Qaeda (“A Base”) nos anos seguintes.

Os grupos de resistência à ação da URSS no Afeganistão contaram com apoio externo que lhes foi vital para inclusive neutralizar os efeitos da máquina militar soviética. A gama de apoiadores variou desde os Estados Unidos, passando por Paquistão e Arábia Saudita até o Irã. Cada país apoiava o grupo que lhe interessava, com os EUA apoiando grupos moderados, os paquistaneses e sauditas apoiando as guerrilhas sunitas e os iranianos apoiando os movimentos xiitas.

Um exemplo do peso do apoio externo é o uso dos mísseis antiaéreos *Stinger*, fornecidos pelos Estados Unidos, contra aviões e helicópteros soviéticos. Em 1986, mais de 70% dos meios aéreos no Afeganistão foram derrubados ou avariados por ação dos *Stinger*, negando apoio aéreo vital as operações da URSS no terreno.

Com chegada ao poder de Mikhail Gorbachev ao poder, também em 1985, os soviéticos começaram a estabelecer um plano de retirada do Afeganistão, ao mesmo tempo em que iniciavam negociações de bastidores para assegurar tais planos.

Após diversas ofensivas com resultados militarmente inconclusivos, já que depois de se retirarem de posições conquistadas no interior, os soviéticos se retiravam e as áreas eram reocupadas. O impasse estratégico permaneceu, e em julho de 1987 foram postos em execução os planos de retirada previstos por Gorbachev, com os soviéticos retirando suas tropas gradualmente enquanto treinavam forças afegãs e deixavam farto material militar.

Negociações foram levadas a cabo entre Estados Unidos, URSS, Paquistão e Afeganistão em Genebra, pondo fim a guerra. Até fins de 1988, os soviéticos empreenderam ofensivas limitadas, mais no sentido de abrir caminho para a retirada do que de prover apoio ao governo afegão. Durante esta fase, foram poucos os combates pois, tanto soviéticos quanto guerrilheiros estavam bastante desgastados com o conflito.

A retirada dos soviéticos se completou em 15 de Fevereiro de 1989, em um conflito que lhes custou mais de 13 mil mortos e 35 mil feridos. A guerra provocou um fluxo de 5 a 10 milhões de afegãos refugiados nos países vizinhos, além de mais um milhão de mortos.

7. GUERRAS DE COALIZÃO

a. 1ª do Golfo (1990-1991)

A 1ª Guerra do Golfo iniciou-se com a invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1990. As razões imediatas se escoram em problemas na regulação do preço do comércio de petróleo e na contestação de territórios fronteiriços pelo Iraque.

As origens mais antigas remetem às questões geopolíticas do Oriente Médio e aos resultados das políticas internacionais no século XIX e XX para a região, envolvendo questões de fronteiras mal definidas, grupos étnicos e religiosos diferenciados vivendo em mesmo território ou idênticos em territórios diferentes e o palco de disputa política e econômica em relação ao petróleo e aos países dos dois blocos hegemônicos e sua procura por esferas de influência na região. Seus reflexos são tão presentes na época da guerra que, no início do conflito, o fechamento do Golfo Pérsico, privava os EUA dos dois maiores fornecedores de petróleo, o Iraque e o Kuwait.

Estas origens envolvem a descoberta de petróleo em Kirkuk, perto de Mossul, que

levou os britânicos a anexar o Norte, e o Iraque fundado depois da 1ª GM ficou sendo a mistura de xiitas (Basra), sunitas (Bagdá) e curdos (Mossul), que nunca haviam se identificado como integrantes de um só Estado e que ainda herdavam o sistema regionalizado de administração do Império Otomano, porém dentro de um mesmo país. O papel das grandes potências interessadas na região por longo tempo se interessava em conter os atores locais, evitando espalhar instabilidade, pode ser considerado como antecedente estratégico desta intervenção americana – amparada pela coalizão pan-árabe e pela ONU, ressalte-se.

Durante um bom tempo Saddam Hussein foi apoiado pelo Ocidente, já que representava um anteparo ao Irã. Entretanto, a falta de percepção estratégica levou-o a negligenciar que sua ação militar contra o Kuwait fosse desestabilizar o equilíbrio regional político, a economia petrolífera, e ameaçar militarmente a Arábia Saudita, contrariando interesses da política internacional.

Nos EUA havia uma percepção que as ameaças a curto prazo para as nações a Sul do Golfo e ao abastecimento de petróleo ao Ocidente não vinham da União Soviética, mas sim da região do Golfo, reflexo da mudança da ordem mundial que estava por vir e se concretizou com a queda da URSS e a polarização de interesses regionais.

A invasão foi condenada pela ONU, que emitiu uma requisição de retirada de tropas pelo Iraque, a qual não foi atendida e amparou a autorização da invasão militar por meio de uma Coalização (Egito, Inglaterra, França, Síria, Arábia Saudita e Estados Unidos), iniciada em janeiro de 1991.

As Forças Armadas Iraquianas

A avaliação inicial da capacidade e poderio militar iraquiano era otimista, mas decaiu logo após o início dos combates, ainda sob a resistência do Kuwait, anexado como 19ª província iraquiana. Apesar de grande quantidade de material militar relativamente moderno, alguns aspectos prejudicaram seu desempenho, a saber:

- Divisão em dois grandes blocos com uma parcela de “elite” e outra de recrutamento, preparo e emprego precários;
- Opção estratégica de planejamento da defesa amparada em demasia no fator da decisão Terreno, respaldando-se na suposta proteção das áreas desérticas e depreciando a capacidade de modernos meios de se orientarem, progredirem e combaterem naquele ambiente operacional;
 - Levantamento estrategicamente falho da linha de ação mais provável inimiga optando por uma ação frontal com desembarque no litoral, ignorando a capacidade da ponta de lança blindada da coalizão realizar o envolvimento pelo deserto;

- Não aplicação dos princípios de “guerra de movimento” no emprego de blindados, usando-os como plataformas estáticas em posições preparadas, ao invés de operações de ações retardadoras e emprego de forças móveis ofensivas;

As Forças Armadas da Coalizão

O exército americano nos anos 90 estava bem longe do que tinha sido na última guerra convencional que participou, a do Vietnã. Novos armamentos e equipamentos, ampliação do leque e modalidades de conflitos estudadas por planejadores e teóricos militares e outras melhorias haviam sido desenvolvidas neste 20 anos. Era uma força tecnologicamente sofisticada, altamente treinada, bem liderada e confiante.

Alguns fatores relevantes em termos de estratégia militar e doutrina que foram elaboradas, estudadas e treinadas ou aplicadas em dimensões menores (como nas guerras árabe-israelenses das décadas de 80), foram amplamente empregadas a prática na 1ª Guerra do Golfo:

- Emprego da estratégia do poder aéreo e dos bombardeios estratégicos, aplicando-se o conceito de “supremacia aérea”;
- Integração das diversas armas/sistemas operacionais;
- Utilização da doutrina de informação em tempo real e consequente capacitação dos comandantes em diversos níveis poderem acompanhar os acontecimentos e tomar decisões mais coerentes;
- O emprego de “armas inteligentes” e sua eficácia na eliminação de centros neurálgicos do inimigo.

A Campanha Militar e suas questões estratégicas

A doutrina militar aplicada, incluindo a da batalha ar-terra, era a junção de fundamentos compreendidos e praticados na 2ª GM com o reconhecimento e aplicação do poder aéreo em possibilitar uma manobra terrestre decisiva. Foram acrescidos estas concepções de poderio aéreo nos conceitos de manobras tradicionais e utilizando-se exemplos históricos.

A doutrina abordava na prática três tipos de operações simultâneas:

- Operações aproximadas com grandes formações táticas atuando pela manobra, combate aproximado e apoio de fogo indireto;
- Operações em profundidade engajando forças inimigas que não estivessem em contato por meios aéreos e terrestres;
- Operações de retaguarda apoiando as reservas, continuidade do apoio de fogo, comando e controle e logística.

As melhorias na doutrina militar envolviam novos equipamentos, nova organização, novo treinamento, e ampliação do recrutamento feminino.

A coligação decidiu não avançar até Bagdá, mas aguardar a queda de Hussein, por meio de revoltas xiitas no sul e dos curdos no norte. As ações militares não prosseguiram, e nem houve apoio da coligação aos rebeldes.

Devido à violência iraquiana, a ONU estabeleceria nova resolução que admoestaria o país a interromper a repressão a suas minorias. Com isso, criar-se-iam as justificativas para que a aliança anglo-americana estabelecesse zonas de exclusão aérea.

Conclusão

O perfil da nova ordem mundial, formada com a derrocada da União Soviética e o fim da Guerra Fria, e a ascensão dos Estados Unidos como única superpotência no século XXI, pode ser considerado como delineado pela 1ª Guerra do Golfo.

A Primeira Guerra do Golfo seria ainda dentro dos moldes tradicionais, com uma coligação internacional, sob aprovação da ONU, a reprimir um Estado invasor, por divergências limdeiras. A liderança norte-americana inclusive respeitaria a orientação emanada da ONU, ao não ir além da expulsão do Iraque.

Os combates foram uma lição de que nas guerras convencionais modernas, a tecnologia pode ser um fator preponderante. Os mais de 700 poços de petróleo destruídos no Kuwait pelo Iraque, bem como o óleo derramado no Golfo Pérsico, causaram poluição e danos ambientais na região.

Em unção de outra resolução da ONU, o Iraque se veria preso a sanções de toda ordem, que só seriam suspensas se houvesse a constatação da eliminação total dos programas de armas químicas, biológicas, nucleares, o desmantelamento de mísseis de longo alcance e o pagamento de indenizações de guerra.

O conflito ocorreu dentro de grandes transformações verificadas nas relações internacionais no ano de 1991, no caso a crise do socialismo real, o fim da Guerra Fria e o consenso na atuação da ONU, o que comprova uma mudança no equilíbrio geopolítico regional.

b. 2ª do Golfo (2003-2011)

Em 20 de Março de 2003, uma coalizão liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) invadiu o Iraque, após anúncios de que o país teria um arsenal químico e biológico bem como forneceria suporte a rede terrorista Al Qaeda, que tinha lançando os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 contra os EUA.

As forças iraquianas não eram páreo para a alta capacidade dos exércitos da coalizão.

Enfraquecidas por mais de uma década de sanções, os militares do regime de Saddam Hussein estavam mais voltados em serem uma força de sustentação do governo do que instituições preparadas para a guerra.

As operações americanas seguiram um esforço no sentido de avançar rapidamente rumo a capital Bagdá, para derrubar o regime e por fim ao conflito. O plano original dos EUA era fazer com que duas colunas blindadas, uma vinda pelo sul do Kuwait, outra vinda pelo norte, via Turquia convergissem rumo ao centro do país.

Porém os turcos se negaram a oferecer espaço e os americanos tiveram de lançar suas colunas do sul, avançando junto aos rios mais importantes do país, o Tigre e o Eufrates. O nordeste iraquiano, foi alvo da mudança dos planos americanos, que se valeu de unidades de Operações Especiais junto a grupos paramilitares curdos que foram reforçados depois da invasão por unidades paraquedistas e de fuzileiros navais. Em vinte dias, as tropas americanas já tinham dominado importantes cidades e estavam avançando, praticamente sem oposição, rumo a Bagdá, onde primeiro buscavam tomar o aeroporto. O avanço foi tão rápido e inesperado que as tropas americanas tiveram problemas logísticos, já que ao menor sinal de resistência, as tropas lançavam mão do uso combinado de artilharia, apoio aéreo aproximado por caças e helicópteros e uso de bombardeiros que simplesmente arrasaram a infraestrutura iraquiana.

O Exército iraquiano, antes temido no Oriente Médio pelo seu efetivo e equipamento, praticamente desapareceu. Divisões e brigadas que deveriam oferecer resistência a invasão simplesmente não existiam no terreno, de maneira que soldados foram para suas residências levando equipamento militar que seria usado pela insurgência que explodiria em breve.

Após 21 de campanha, Bagdá caiu em mãos americanas, e a população iraquiana, especialmente xiita, derrubou obras ligadas ao culto de personalidade sustentado por Saddam. A presença de tropas americanas na cidade não foi suficiente para conter saques dos mais diversos, em especial de peças históricas que datavam desde a Antiguidade e desapareceram sem rastros.

Em meados de abril a capital foi declarada segura, e em 1º de Maio o Presidente dos EUA, George W. Bush fez um discurso no qual afirmava que as operações de combate tinham se encerrado no Iraque, e que a missão da coalizão estaria cumprida.

Porém a derrubada do Estado iraquiano e sua capacidade repressiva tiveram consequências funestas para os esforços dos EUA, que não previram o que viria a seguir. A campanha passou a ser alvo de ataques na imprensa internacional, por não ter encontrado nenhuma das armas de destruição em massa que supostamente o regime de Saddam teria.

E além disto, o grosso da população iraquiana, xiita, ainda sentia os efeitos da brutal repressão sofrida ao final da 1ª Guerra do Golfo, quando a coalizão não apoiou um levante destes após o cessar-fogo.

O Iraque assistiu uma completa dissolução da ordem no contexto da queda de Saddam. Milícias surgiram, compostas por sunitas e xiitas, no vácuo da completa dissolução do Estado iraquiano. Com problemas na distribuição de água, energia e alimentos, além da crise econômica promovida pela ocupação e a falta de empregos, além da falta de um plano organizado por parte das forças da coalizão, que instalaram uma ocupação do país, estava criado o cenário para o surgimento da insurgência.

Em meados de julho de 2003, começaram os primeiros ataques as tropas da coalizão, em especial as americanas. Cidades com maioria sunita assistiram o início da campanha insurgente, como Mosul, Tikrit e em especial, Fallujah, que se tornaria epicentro de duros combates urbanos entre tropas americanas e insurgentes das mais diversas naturezas. Outros elementos da coalizão foram menos visados ou porque retiraram suas tropas rapidamente, ou porque passaram a devolver poder aos iraquianos de maneira célere. O melhor exemplo desta prática foi realizado pelos britânicos em Basra, segunda maior cidade do Iraque, no sul. Tal manobra funcionou efetivamente, tanto pela reconstrução de estruturas de governança como pela grande diminuição de ataques contra as tropas britânicas.

Em 19 de agosto, um atentado explodiu a sede da Organização das Nações Unidas em Bagdá, vitimando 22 pessoas, entre as quais, Sérgio Vieira de Mello, diplomata brasileiro e Representante do Secretário-Geral da ONU para o Iraque. Dias depois, a Al Qaeda no Iraque, liderada por Abu Musab al-Zarqawi, reivindicou a autoria do atentado. Os meses seguintes assistiram uma escalada dos ataques da insurgência, feitas por grupos sunitas e xiitas, valendo-se da incapacidade das tropas da coalizão em realizar as missões de policiamento, já que seu efetivo era insuficiente. A violência das emboscadas, especialmente contra viaturas com pouca ou nenhuma proteção blindada, causaram muitas baixas, mudando a percepção da guerra na opinião pública americana.

Em dezembro de 2003, Saddam Hussein foi capturado enquanto os iraquianos faziam pressões para que fossem realizadas eleições. A coalizão preferiu passar o poder para indivíduos selecionados, o que foi feito no ano seguinte, gerando ainda maior impopularidade para a coalizão e para as tentativas de reconstrução do Estado iraquiano. O ano de 2004 foi especialmente sangrento para as tropas americanas, envoltas num confronto sectário de grandes proporções entre xiitas e sunitas, enquanto as forças da coalizão empreendiam ofensivas tentando destruir a insurgência. O escândalo da prisão

de Abu Ghraib acabou por destruir a credibilidade da coalizão aos olhos da população iraquiana, desmoralizando-a.

Em novembro, fuzileiros navais americanos travaram sangrentos e violentos combates em Fallujah, capturando a cidade, num episódio que mudou a opinião pública nos EUA de vez sobre a presença das tropas no Iraque. A guerra passou a se tornar altamente impopular e pior, quanto maior o clamor pela retirada de tropas, maior se tornou o impasse político-militar dos EUA no Iraque.

O foco da coalizão mudou em 2005 da destruição da insurgência, meta vista como impossível se valendo apenas da força militar, para a criação, treinamento e ativação de tropas iraquianas pelo recém recriado governo iraquiano, com eleições livres em 31 de janeiro. A insurgência aumentou os ataques, aumentando sua gama de alvos: além da coalizão, o governo e forças de segurança iraquianos. Ataques colocaram o país em uma guerra civil, com xiitas e sunitas atacando uns aos outros.

A escalada no número de ataques e a grande quantidade de baixas em 2006 fizeram com que os EUA reforçassem a presença no Iraque em 2007, enviando forças adicionais e abrindo créditos para programas de reconstrução. O reforço se deu no programa de uma nova estratégia criada pelos americanos, em especial quanto a contrainsurgência.

O foco era conquistar a população iraquiana, com empregos e a reativação da economia, além da estabilização política necessária. No mesmo ano, o Parlamento iraquiano pediu aos EUA um cronograma de retirada das tropas, ao passo que outros países já iniciavam a retirada gradual de seus efetivos como os britânicos.

Apesar da melhora gradual da segurança, 2008 foi um ano violento, mas a violência passou a ser dirigida mais a atores internos iraquianos que as tropas da coalizão. Além disso, a estratégia de contrainsurgência obteve um grande sucesso ao conquistar apoios locais, em especial, das tribos sunitas do oeste iraquiano, num movimento conhecido como “Despertar Sunita”. As milícias sunitas passaram a combater junto as forças do governo e tropas da coalizão, enfraquecendo muito grupos terroristas que se aproveitavam da instabilidade para se instalar no Iraque.

As operações da coalizão passaram a mirar grupos xiitas ainda resistentes, e violentos combates se seguiram, especialmente entre tropas iraquianas e tais grupos, contando com apoio pesado dos EUA. Apesar das baixas, as forças iraquianas foram capazes de forçar as milícias xiitas a negociar, inclusive impedindo que recebessem apoio de seu maior patrocinador, o Irã, selando a fronteira.

Em fins de 2008, EUA e Iraque acertaram acordos para regular a presença das tropas da coalizão e sua retirada, que começou a ser empreendida em 2009, enquanto o Exército iraquiano e a polícia realizavam operações contra milícias. As forças da coalizão se

retiraram das cidades iraquianas, ficando estacionadas em bases.

A chegada ao poder do Presidente Obama, nos EUA, em janeiro de 2009, indicou a mudança, sendo anunciada por ele o fim das operações de combate por parte das tropas americanas em 31 de agosto de 2010. Nesta data, mais de 50 mil soldados americanos e da coalizão foram retiradas do Iraque. Outros 50 mil soldados ficaram no Iraque com a missão de assistência e treinamento das forças iraquianas, agora equipadas com tecnologia americana, dos fuzis aos carros de combate, passando por caças e helicópteros de ataque.

Diversas áreas ainda sob controle da coalizão foram passadas as mãos do governo iraquiano, como a Zona Verde em Bagdá, uma área controlada e fortificada contra ataques, onde foram instalados os principais órgãos da administração.

Em 15 de dezembro de 2011, as últimas tropas americanas se retiraram do Iraque, cruzando a fronteira com o Kuwait. Em mais de oito anos de guerra, a coalizão teve 4.800 soldados mortos, além de dezenas de milhares de feridos. A mortandade no Iraque varia entre 112 a 174 mil mortos, embora existam estatísticas que atinjam mais de um milhão de mortos.

8. GUERRA AO TERROR

Após os ataques ao World Trade Center, em Nova York, em 11 de setembro de 2001, os EUA iniciaram uma guerra contra o terror, à procura dos responsáveis pelos atentados. Desde então, duas guerras foram iniciadas, no Afeganistão e no Iraque, atentados terroristas ocorreram em outros países e o líder da Al Qaeda, Osama Bin Laden, foi capturado e morto.

Em 11 de setembro de 2001, 4 aviões comerciais com 266 passageiros a bordo protagonizaram o maior atentado em solo americano. Dois foram jogados contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e um contra o Pentágono, em Washington. O quarto avião caiu em um campo na Pensilvânia. Foi o atentado com o maior número de vítimas da História, cerca de 3 mil.

No mês dos ataques, o Presidente americano George W. Bush anunciou sua caça a Osama Bin Laden, líder do Al Qaeda, “vivo ou morto”. Bush foi autorizado pelo Congresso a usar a força contra países, organizações ou indivíduos envolvidos nos ataques, e a ONU aprovou por unanimidade a resolução 1373 contra “terroristas” e os países que os protegem.

Em outubro de 2001 forças americanas e britânicas lançam uma ofensiva contra o Taleban no Afeganistão, onde estaria Bin Laden. No mesmo mês, Bush assina a “Lei Patriótica”

antiterrorista que confere poderes ampliados às forças de segurança para “fazer frente a uma ameaça como nenhuma outra nação enfrentou”. A lei foi renovada em maio de 2011 por mais quatro anos.

Em 13 de novembro o Presidente Bush assina uma ordem para que os americanos suspeitos de terrorismo sejam julgados em um tribunal militar especial no lugar de tribunais civis.

Em 11 de janeiro de 2002 os primeiros prisioneiros capturados na guerra do Afeganistão são levados para a prisão de alta segurança na base naval de Guantânamo, em Cuba. Em 28 de março, o palestino Abu Zubeida, colaborador de Bin Laden, é detido no Paquistão, e em 3 de novembro Ali Qaed, membro sênior do Al Qaeda é morto por aviões não tripulados da CIA no Iêmen.

Em fevereiro de 2003, durante as preparações para a invasão do Iraque, uma gravação de vídeo na qual incita uma guerra santa de todos os muçulmanos contra o Ocidente.

Em 20 de março as forças de coalizão invadem o Iraque. A perseguição a terroristas, a busca pela “segurança mundial” e a suspeita da posse de armas de destruição em massa pelo governo de Saddam Hussein foram os argumentos utilizados. As tropas permaneceram até agosto de 2010.

Em 14 de dezembro Saddam Hussein é capturado, e posteriormente, julgado e enforcado.

Em março de 2004, bombas explodem nas principais estações de trem de Madri, matando duzentas pessoas e deixando milhares de feridos, sendo que as autoridades indicavam a autoria a membros de células jihadistas, identificando 22 participantes.

Em maio de 2005, o líbio Abu Faraj, terceiro na hierarquia do Al Qaeda, é detido, e em julho uma série de explosões no metrô de Londres deixa 50 mortos e 700 feridos. Em julho, o brasileiro Jean Charles é morto em Londres ao ser confundido com um terrorista., e em agosto o líder espiritual da Al Qaeda na Europa, o jordaniano Abu Qatada, é preso no Reino Unido.

Após três anos preso, Saddam Hussein é enforcado em Bagdá em 2006. 8, um míssil americano mata o comandante da Al Qaeda no Afeganistão, que estava no noroeste do Afeganistão.

Os Estados Unidos intensificam em 2008 o uso de aviões não-tripulados contra militantes do Al Qaeda e insurgentes paquistaneses nas zonas tribais do Afeganistão. Em janeiro de 2009, ao assumir a presidência, Obama pede que se intensifiquem os ataques aéreos contra o Paquistão, e em agosto o líder dos taleban paquistaneses morre atingido por um míssil americano.

Em julho de 2010 o Al Qaeda anuncia a morte de seu líder no Afeganistão, o egípcio Mustafah Abu al Yazid. Em 1º de maio de 2011 os EUA anunciam que mataram Bin Laden

em uma mansão em Islamabad, capital do Paquistão, anunciando que o corpo foi lançado ao mar posteriormente.

Desde o 11/09, mais de 3 mil militantes do Al Qaeda foram mortos ou capturados, levando-se a crer, não só pela questão numérica, mas também pelo contexto, que sua efetividade tenha sido destruída.

A intervenção americana no Iraque e Afeganistão teria assim atingido seus objetivos estratégicos. Os EUA passaram a ser respeitados em sua capacidade militar de resposta a agressões terroristas pelos Estados islâmicos, o Iraque se tornou uma plataforma militar para ações na região, bem localizado para operações no Oriente Médio, e os estados islâmicos passaram a ter de confrontar os grupos jihadistas como uma ameaça também à sua própria estabilidade, vide o exemplo recente do bombardeio jordaniano a bases do Estado Islâmico (ISIS).

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Obino Lacerda. **Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971.
- BONANATE, Luigi. **A Guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BURNS, Edward MacNall, 1897-1972. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**/Edward MacNall Burns, Robert E. Lerner, Standish Meacham; tradução Donaldson M. Garshagen. - 30. ed. - Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil: As Origens Século XVI; A Formação Brasileira Século XVII**, Vol II. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959.
- _____, Pedro. **História do Brasil: Formação Brasileira Século XVII**. Vol III. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959.
- CLUTTERBUCK, R. **Guerrilheiros e terroristas**. BIBLIX. Rio de Janeiro, 1977.
- COLEÇÃO GRANDES ACONTECIMENTOS DA HISTÓRIA. **A Primeira Guerra Mundial – As Origens do Conflito**. Nova Sampa Diretriz Editora Ltda. -São Paulo – SP. [2014].
- CORVISIER, André. **A Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Volume 1. IBGE. Brasília, 1972.
- FARIA, D. (Org). **Introdução à História Militar Brasileira**. AMAN. Resende, 2015.
- FRANKIN, David. **Paz e Guerra no Oriente Médio**; a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno/ David Fronkin; tradução Teresa Dias Carneiro, - Rio de Janeiro: Contraponto. Biblioteca do Exército. 2011.
- FULLER, J. F. C. **A Conduta da Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- HOBBSAWM, J. Eric. **A era dos impérios**; tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica. Maria Celia Paoli – Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.
- JOHNSON, Rob et al. **Para Ganhar a Guerra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- JOMINI, Antoine Henri. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1949.
- JORDAN, David. **História da Segunda Guerra Mundial – A maior e mais importante guerra de todos os tempos**. M. Books do Brasil Editora Ltda. São Paulo. 2011.
- KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A Batalha e a História**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2006.
- LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. **Manual Escolar de História Militar Geral**/ Paulo Henrique Barbosa Lacerda; Elonir José Savian. -3. Ed. Resende:

AMAN, 2011.

LEONARD, Rogers Ashley. **Clausewitz**: trechos de sua obra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**, organizador. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

_____. **Da Arte da Guerra**: Teoria Geral da Estratégia. São Paulo: Madras, 2003.

MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial** / Philippe Masson; tradução Ângela M. S. Correia. - São Paulo: Contexto, 2010.

MAXIMIANO, C. **Barbudos, sujos e fatigados**. São Paulo: Grua, 2010.

MCNEILL, William H. **Em Busca do Poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de (ORG.). **O Brasil holandês (1630 – 1654)**: seleção, introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics. Editora Schwarcz, 2010.

_____, Evaldo Cabral de. **A educação pela guerra**: Leituras cruzadas de história colonial, 1ª ed. - São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

OVERY, Richard. **As Grandes Guerras Mundiais** / Richard Overy; [tradução, Thaís Costa]. - São Paulo; Folha de São Paulo, 2014. 20 V.

PARET, Peter (org). **Os Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo I. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

[Revista Brasileira de Política Internacional](#). Rev. bras. polít. int.vol. 47no. 1BrasíliaJan./June2004 Virgílio Caixeta Arraes

SAVIAN, E.; LACERDA, P. **Manual Escolar de História Militar**. AMAN. Resende, 2011.

SHEFFIELD, Garry. **As origens da Primeira Guerra**/ Gary Sheffield; [tradução Rosimarie Ziegelmaier] – São PAULO; Folha de São Paulo, 2014. 8V.

SMITH, Rupert. **A Utilidade da Força**: A Arte da Guerra no Mundo Moderno. Lisboa (Port): Edições 70, 2008.

SOUNDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial** / Lawrence Soundhaus; tradutor Roberto Cataldo. -São Paulo: Contexto, 2013.

STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VISACRO, A. **Guerra irregular**. Ed. Contexto. São Paulo, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A primeira Guerra Mundial e o declínio da Europa** / Paulo Fagundes Visentini. -Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2014.

WEIGLEY, Russel F. **Novas Dimensões da História Militar**. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.